

Anúncio de Trump é pirataria neocolonial

Ladrão de petróleo

ataca Venezuela e

bloqueia petroleiros

1

REAL
BRASIL

Nas bancas
toda quarta
e sexta-feira

HORA
DO POVO

ANO XXXVI - Nº 4.031 17 a 23 de Dezembro de 2025

★

★

★

★

★



Que outra surpresa pode o mundo esperar de um império em decadência?

O presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou na terça-feira (16) um bloqueio total das exportações de petróleo venezuelano pela “maior Armada já reunida na história da América do Sul”, e exigiu que a Venezuela devolva aos Estados Unidos “todo o petróleo, terras e outros bens que roubaram de nós”. Declaração que é, por si só, a confirmação de que a caçada aos “narcotraficantes” – alegada anteriormente – não passava de uma folha de parreira para a pilhagem do petróleo venezuelano, aliás as maiores reservas de petróleo do planeta. **Página 7**



EUA recua e tira Moraes da lista de sanções pela Lei Magnitsky

O governo Trump anunciou, em comunicado na sexta-feira (12), que retirou o nome do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes da lista de pessoas sancionadas pela Lei Magnitsky. Os nomes da esposa do ministro, a advogada Viviane Barci de Moraes, e do Instituto Lex, ligado à família Moraes, também foram retirados da lista de sanções. Interferência escandalosa nos assuntos internos do Brasil fracassou. A medida havia sido aplaudida e instigada pelos Bolsonaro. **Pág. 3**

Wagner Moura considera PL do ‘Streaming’ ruim para o audiovisual e cultura brasileira

O ator Wagner Moura, estrela do indicado ao Oscar “O Agente Secreto”, divulgou vídeo em que faz uma dura crítica ao Projeto de Lei 8889/2017 que visa regulamentar os serviços de streamings no país. Para ele, os projetos tanto da Câmara quanto do Senado “são muito ruins, não só para o setor audiovisual brasileiro, da cultura, que gera emprego, renda, um setor econômico importante, como de um modo geral é ruim para o Brasil, para a autoestima, para a autonomia do país”. **Pág. 4**

Josué condena os que repetem o “mantra do setor financeiro”

Em despedida da Fiesp, critica Síndrome de Estocolmo e defende reindustrialização



Milhares de pessoas ocuparam a praia de Copacabana em repúdio ao PL da impunidade aos golpistas

Brasileiros ocupam as ruas contra anistia aos golpistas

Milhares de pessoas ocuparam a praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, e a Avenida Paulista, em SP, em manifestações contra o PL da Anistia, ou da “dosimetria”, com shows de artistas como Chico Buarque, Paulinho da Viola, Caetano Veloso e Chico César, entre outros. As manifestações, convocadas por movimentos sociais e partidos políticos foram realizadas também em dezenas de cidades brasileiras, como Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Natal (RN), Recife (PE) e Brasília. No Rio o ato contou com uma intensa participação de artistas. Chico Buarque cantou a música “Vai Passar”, que, lançada em 1984, foi símbolo da redemocratização do país após duas décadas sob a ditadura militar. A atriz vencedora do Oscar com “Ainda Estou Aqui” Fernanda Torres cantou junto de Chico em cima do caminhão de som. **Pág. 3**

“Eu me dei conta na Fiesp de que nós, industriais, estamos prisioneiros da Síndrome de Estocolmo. Nos apaixonamos pelos segmentos que sequestraram a agenda econômica nacional”, afirmou Josué Gomes, antes de passar a presidência da Fiesp para seu adversário, Paulo Skaf, na quarta-feira, dia 10. Na ocasião, um café da manhã com a imprensa, declarou: “estamos repetindo o mesmo mantra do setor financeiro. Nos tornamos como aquele sequestrado que se apaixona pelo sequestrador e fica repetindo o discurso do sequestrador”. **Página 2**

Banco Central anuncia em ata que continuará a sabotar o país

O Banco Central (BC) divulgou na terça-feira (16) a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que decidiu pela manutenção da taxa básica de juros (Selic) nos escombros 15%, afirmando que os juros vão continuar nas alturas “por período bastante prolongado” e que não hesitará em aumentar o arrocho monetário. **P. 2**

“Os juros altos sufocam o Brasil”, por Adilson Araújo

A CTB “tem um posicionamento firme e inegociável: a redução dos juros no país é a chave para uma economia viva e pulsante, afirma Adilson Araújo, presidente da Central sindical. “Não se trata apenas de números e índices; é uma pauta que se traduz diretamente em melhorias concretas para a classe trabalhadora e todo o povo brasileiro”, completa. **Pág. 5**

“Selic nas alturas”, escreve Paulo Kliass

Selic nas alturas

A única coisa que parece pesar na decisão dos membros do COPOM é a tentativa permanente de não contrariar os desejos e as expectativas daqueles que são efetivamente os patrões do sistema financeiro

PAULO KLIASS*

Durante os dias 9 e 10 de dezembro foi realizada a última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) de 2025. Por volta das 18 hs da quarta-feira o Banco Central (BC) divulgou um Comunicado em que foi dado conhecimento público à principal decisão do 275º encontro do colegiado. Assim, ficamos sabendo que os nove diretores do BC, reunidos sob o manto do COPOM, decidiram por unanimidade manter a taxa referencial de juros no patamar de 15%.

A deliberação já era mais ou menos esperada, uma vez que em praticamente todas as reuniões anteriores do Comitê houve uma concordância quanto às sugestões apresentadas pela fina flor do financismo de nosso País. Como se sabe, a cada segunda-feira o BC divulga os resultados da pesquisa Focus, que a instituição realiza junto a um pouco mais de uma centena de altos dirigentes do sistema financeiro. Por meio de um questionário virtual, os representantes dos interesses do capital no mundo das finanças apresentam suas projeções para itens como crescimento do PIB, taxa de inflação e resultado no Balanço de Pagamentos, de acordo com os resultados obtidos por meio da aplicação de modelos econométricos desenvolvidos por suas equipes. Mas uma das perguntas se relaciona especificamente ao patamar da SELIC. E essa questão se responde com um chute (ou uma forma de pressão) a respeito de qual deveria ser a opinião dos membros do COPOM sobre essa variável fundamental para o cenário macroeconômico e que eles mesmos definem.

Esta foi a quinta reunião consecutiva em que o colegiado decidiu por manter a taxa em 15%. Para eles, pouco importa se a grande maioria da sociedade brasileira esteja contrária a tal fato. Pouco importam os graves efeitos recessivos da medida, por sua consequência direta sobre a redução das atividades econômicas de forma geral. Pouco importa o peso que tal nível de taxa oficial de juros significa sobre o volume de juros que o governo federal tem que retirar do Orçamento da União a título de despesas financeiras. A única coisa que parece pesar na decisão dos membros do COPOM é a tentativa permanente de não contrariar os desejos e as expectativas daqueles que são efetivamente os patrões do sistema financeiro.

COPOM, SELIC e a tragédia brasileira.

Ora, que esta fosse a orientação dos indivíduos indicados por Paulo Guedes e Jair Bolsonaro não seria de todo uma grande surpresa. Afinal, eles haviam sido indicados por um governo de extrema direita e assumidamente comprometido com a então agenda neoliberal. Assim, graças a uma mudança na legislação do BC encomendada justamente pelo todo-poderoso Ministro da Economia junto a seu chefe, foi introduzida no desenho institucional do órgão responsável pela regulação do sistema financeiro a quase-independência do banco. Com isso, os dirigentes receberam um mandato fixo e Lula não pode contar com um COPOM de sua confiança a partir de 01 de janeiro de 2023.

Assim, justamente pelo fato de que a política monetária não é uma orientação de natureza meramente “técnica”, como desejam nos fazer crer o financismo e seus escribas na grande imprensa, o colegiado de composição bolsonarista optou por uma estratégia de confronto e busca de inviabilização do governo que havia derrotado seu patrão nas urnas. O Presidente do BC era Roberto Campos Neto (RCN), que iniciou o 2023 com a SELIC a 13,75% e terminou seu mandato em dezembro de 2024 com a taxa a 12,25%. O Presidente Lula manteve uma campanha pública de críticas a tal comportamento do principal responsável pela política de juros elevadíssimos, fazendo eco junto a amplos setores de economistas e analistas do campo progressista, que sempre havíamos criticado o arrocho monetário.

Continua: <https://horadopovo.com.br/selic-nas-alturas-por-paulo-kliass/>

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Na despedida da Fiesp, empresário defende reindustrialização do país

Josué condena os que repetem o “mantra do setor financeiro”



Gomes dirigiu a Federação das Indústria do Estado de São Paulo por 4 anos

BC anuncia em ata que vai continuar afrontando o país

Juros continuarão elevados “por período bastante prolongado” e “não hesitará em retomar o ciclo de alta”, diz o Comitê de Política Monetária

O Banco Central (BC) divulgou nesta terça-feira (16) a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que decidiu pela manutenção da taxa básica de juros (Selic) nos escorchantes 15%, afirmando que os juros vão continuar nas alturas “por período bastante prolongado” e que não hesitará em aumentar o arrocho monetário.

“O cenário prescreve uma política monetária significativamente contracionista por período bastante prolongado” e que “não hesitará em retomar o ciclo de alta se julgar apropriado”, diz a ata do Copom.

O BC, presidido por Gabriel Galipolo, comemora que a economia está em desaceleração “conforme esperado”, mas reclama da inflação, que está sob controle, e do mercado de trabalho que “mostra resiliência”. Por isso, dá-lhes juros e mais juros, os maiores do mundo para conter os investimentos, a geração de emprego e o consumo das famílias.

O nível da taxa de desemprego recuou para 5,4% no trimestre encerrado em outubro, conforme o IBGE. Porém, o baixo nível da chamada “taxa de desocupação” se dá com a precarização dos empregos no país, promovidas pelas plataformas digitais, como Uber, iFood, 99, Mercado Livre, Amazon, Shopee e etc., que propõem “flexibilidade”, em troca da desproteção das leis trabalhistas (CLT) – isto é: longas jornadas exaustivas de trabalho por baixas remunerações, sem férias, garantia de aposentadoria ou 13º salário, além da perda de segurança no trabalho e da autonomia real.

Esses brasileiros são reféns dos algoritmos, que atuam minuto a minuto para elevar os lucros de suas empresas – que na sua maioria já atuam como instituições financeiras no país, beneficiando-se dos juros altos.

Já o mercado de trabalho qualificado desacelera no Brasil impactado pelos juros altos do BC. Os dados mais recentes do NovoCaged do Ministério do Trabalho revelam que a geração de emprego com carteira assinada no Brasil desabou 35% em outubro em relação a outubro do ano passado. Mas o BC acha pouco.

Dados divulgados hoje (16) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostram nova queda no número de empregados no setor em novembro deste ano, que caiu 1,2 ponto, chegando aos 47,6 pontos no mês. O indicador está há nove meses abaixo da linha de corte de 50 pontos, indicando redução no número de empregos industriais.

Em novembro, o indicador da CNI que mede a evolução da produção caiu 7,1 pontos, atingindo 44,4 pontos. Em outubro deste ano, a produção industrial brasileira subiu 0,1% ante setembro (-0,4%), com a produção pela indústria de transformação recuando -0,6% no mês, após ter crescido em setembro (0%).

A CNI culpa os juros altos pelo enfraquecimento da economia e do mercado de trabalho. A entidade projeta que o PIB brasileiro deve crescer 2,5%, percentual que corresponde a uma desaceleração frente a 2024, quando o PIB cresceu 3,4%. Com a decisão do BC de manter o juro em 15%, a

entidade projeta que o juro real deve encerrar o ano acima dos 10,5%.

O PIB é a soma do conjunto de bens e serviços finais produzidos no país, calculado oficialmente pelo IBGE. Para 2026, a entidade estima um crescimento de 1,8%.

O presidente da CNI, Ricardo Alban, afirma que “caso as projeções se confirmem, este seria o menor crescimento do PIB em seis anos. Não há como fugir da realidade: com juros nesse patamar, a economia vai desacelerar ainda mais, prejudicando todos os setores produtivos, em especial a indústria. O impacto recai sobre a população, pois isso se reflete em menos emprego e renda. É necessário que o Banco Central não apenas inicie o ciclo de cortes na taxa Selic o quanto antes, mas que, ao final de 2026, tenhamos juros reais menores do que as projeções indicam no momento”.

No terceiro trimestre deste ano, a economia ficou estagnada, ao variar apenas 0,1% em comparação com o segundo trimestre do mesmo ano, época de 0,3% de crescimento. Nos primeiros três meses de 2025, o PIB cresceu 1,5%, puxado pela agropecuária.

Ontem, o BC divulgou que a atividade econômica (IBC-Br) recuou -0,2% em outubro deste ano, na comparação com o mês anterior, com quedas no desempenho da indústria (-0,7%) e serviços (-0,2%). Em 12 meses até outubro, o indicador, considerado uma prévia do PIB, acumula alta de 2,5%, uma desaceleração quando comparado com o período até setembro (3%).

Com quedas na indústria e serviços, economia cai 0,2% em outubro, diz BC

Indústria caiu 0,7% e Serviços recuou 0,2%, atingidos pelos juros elevados do BC. Foi a segunda queda consecutiva na “prévia do PIB”

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), calculado pelo Banco Central (BC), aponta que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil retraiu -0,2% em outubro deste ano frente a setembro, mês que o indicador de prévia do PIB também caiu 0,2%, na comparação com o mês anterior. Os dados do IBC-Br foram divulgados nesta segunda-feira (15) pela autarquia.

Os principais setores da economia também assinalaram taxas negativas no décimo mês deste ano: Indústria (-0,7%) e Serviços (-0,2%). A Agropecuária cresceu 3,1% na base mensal.

Nos primeiros 10 meses deste ano, o IBC-Br está 2,4% em alta na comparação com o mesmo período de 2024. Em 12 meses (até outubro), acumula alta de 2,5%, o que é uma desaceleração quando comparado com o período até setembro (3%).

O resfriamento da econo-

mia brasileira ocorre com o aumento do juro real (descontado a inflação), que deve encerrar esse ano acima dos 10,5%, após a decisão do Banco Central (BC) de manter a taxa básica de juros (Selic) em 15% – maior nível em quase 20 anos – mesmo com a inflação controlada e abaixo dos 4,5%.

Após a decisão do BC, de manter o juro em 15%, entidades do setor produtivo defenderam a imediata redução dos juros.

“A manutenção dos juros nesse patamar tão elevado é excessiva e prejudicial, uma vez que intensifica a perda de ritmo da atividade econômica, encarece muito o crédito, inibe o investimento e penaliza a competitividade da indústria”, afirmou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban.

Em nota, o presidente da Câmara Brasileira da Indús-

tria da Construção (CBIC), Renato Correia, manifestou que a continuidade do crescimento do setor no próximo ano depende da queda dos juros o mais rápido possível.

Nesta segunda, o BC também divulgou que os “analistas de mercado” voltaram a realizar cortes nas estimativas de inflação de 2025, reduzindo o ponto médio das projeções de 4,40% para 4,36%. De janeiro a dezembro deste ano, o indicador oficial de inflação (IPCA) acumula alta de 3,92%.

Com o nível da Selic desestimulando os investimentos produtivos em prol das aplicações financeiras (ou seja, a favor do lucro dos banqueiros), o Produto Interno Bruto brasileiro estagnou no terceiro trimestre deste ano, ao variar apenas 0,1% ante o segundo trimestre (0,3%). No primeiro trimestre de 2024, a economia cresceu 1,5% graças aos resultados das safras agropecuárias.

“Eu me dei conta na Fiesp de que nós, industriais, estamos prisioneiros da Síndrome de Estocolmo. Nos apaixonamos pelos segmentos que sequestraram a agenda econômica nacional”, afirmou

Na quarta-feira (10), Josué Gomes, antes de passar a presidência da Fiesp para seu adversário, Paulo Skaf, reuniu jornalistas para um café da manhã. Na ocasião, declarou: “Eu me dei conta na Fiesp de que nós, industriais, estamos prisioneiros da Síndrome de Estocolmo. Nos apaixonamos pelos segmentos que sequestraram a agenda econômica nacional”.

Lamentou não ter reunido as forças necessárias entre o empresariado para promover mudanças macroeconômicas que colocassem a indústria no mesmo patamar de outros setores, que têm sido favorecidos há décadas.

Josué declarou ainda que uma fração considerável da indústria defende ideias que vão contra seus próprios negócios. “Hoje, é comum vermos empresários da indústria nacional defenderem os mesmos pontos de vista que o setor financeiro e insistirem em dizer que o problema da taxa de juros alta é apenas porque o Estado gasta demais”.

“Estamos repetindo o mesmo mantra do setor financeiro. Nos tornamos como aquele sequestrado que se apaixona pelo sequestrador e fica repetindo

o discurso do sequestrador. Estamos apaixonados pelas causas dos outros setores. Por isso, estamos perdendo o debate econômico”.

“A reforma tributária aprovada no atual governo Lula simplifica o sistema tributário brasileiro e isso é bom, mas não irá equalizar a carga de impostos entre setores, o que prejudica a indústria, que arca com a maior carga tributária entre os setores produtivos no Brasil”.

Gomes lembrou que, quando assumiu a presidência da Fiesp, em 2022, a redução da carga tributária para a indústria era uma prioridade: “Falhamos, infelizmente.”

Josué declarou que o Brasil deve continuar apostando no programa Nova Indústria Brasil, que busca reverter o processo de desindustrialização e defendeu o fortalecimento do programa.

“Cabe a nós, como uma liderança relevante e reconhecida pelos países europeus e asiáticos, reconstruirmos as instituições multilaterais que nos atendem”.

Skaf apoiou o ex-presidente Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 e de 2022, enquanto Josué Gomes é mais próximo do presidente Lula.

CARLOS PEREIRA

Ganhos astronômicos dos planos de saúde disparam: R\$ 18 bilhões

As operadoras de planos de saúde registraram um astronômico lucro líquido de R\$ 17,9 bilhões no acumulado de janeiro a setembro de 2025, segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O resultado supera o recorde de R\$ 15,9 bilhões no ano de 2020 (alcançado em um período de pandemia de Covid-19) e é o maior desde o início da série histórica, em 2018.

As operadoras médico-hospitais alcançaram lucro líquido de R\$ 17,2 bilhões, sendo o principal segmento que contribuiu para o lucro total do setor.

O lucro astronômico das operadoras se dá em meio aos ganhos obtidos com as remunerações de aplicações financeiras, proporcionado pelo aumento da Selic (taxa básica de juros) do Banco Central (BC), hoje em 15%, além dos aumentos nas mensalidades que seguem abusivos, do rebaixamento da qualidade na prestação dos serviços e das negativas de cobertura a usuários – muitos deles em situação de vulnerabilidade por estarem com problemas graves de saúde.

As receitas do setor giram em torno de R\$ 287,3 bilhões nos nove primeiros meses deste ano. Neste período, os ganhos com as aplicações financeiras somaram R\$ 11,1 bilhões, sendo 60% acima do registrado no mesmo período do ano passado. A soma também é a maior desde 2018.

Em nota, a ANS afirma que “em um cenário de taxas de juros elevadas, as aplicações financeiras das operadoras médico-hospitalares totalizaram R\$ 134,9 bilhões ao fim de setembro de 2025, sendo uma fonte relevante de receita adicional”.

De acordo com a ANS, o Bradesco, SulAmérica e Hapvida concentraram 43% do resultado do lucro operacional (excluído os ganhos financeiros e impostos) de R\$ 9,3 bilhões – destes R\$ 8,3 bilhões vieram das operadoras médico-hospitalares – entre janeiro e setembro deste ano.

O lucro operacional no período é 140% superior ao obtido no mesmo período do ano passado e também o maior em cinco anos.

A ANS afirma que “apesar da concentração de resultados em algumas operadoras de grande porte, 75,1% dos entes regulados (590 entidades) encerraram o período com resultado líquido positivo, um aumento de 8,37 pontos percentuais sobre o ano anterior”.

Os planos de saúde também obtiveram ganhos vindos da redução de sinistros, que encerrou o período em 81,9%, o que é 2,4 pontos percentuais abaixo que o registrado em igual período de 2024. Essa redução foi possível principalmente pela recomposição das mensalidades, que superou a variação das despesas assistenciais, uma situação observada desde 2023.

Os planos de saúde coletivos correspondem a mais de 80% do chamado “mercado da saúde” no Brasil. Este modelo de contrato (coletivos por adesão ou corporativos) é reajustado entre as seguradoras e os contratantes, ou seja, sem limites de reajustes definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) – que regula os planos individuais.

O Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) explica que “esses planos se mostram atraentes para consumidores por serem mais baratos – mas é só fachada. Isso porque depois de contratar o plano coletivo, a bomba-relógio do reajuste explode no colo do consumidor”.

Os planos de saúde figuram no topo do ranking de queixas e reclamações de serviços, apurados pelo Idec, com 29,10% do total. As denúncias são de que os operadores de planos de saúde estão desrespeitando princípios do Código de Defesa do Consumidor e normas do setor de saúde suplementar.

“Os reajustes e o cancelamento unilateral são formas que as empresas usam para expulsar os consumidores justamente quando eles mais precisam. Quando as despesas assistenciais de um contrato aumentam, fazem de tudo para que a pessoa desista de pagar seu plano ou, no limite, cancelam os contratos. Muitas vezes excluindo pessoas idosas, crianças atípicas, pessoas com doenças raras e milhares de outros consumidores”, afirma o Idec.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-3823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Partido defende a soberania dos povos

PCdoB: o bloqueio de navios petroleiros venezuelanos é pirataria neocolonial dos EUA

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) divulgou nota condenando “mais um ato ilegal, arbitrário e agressivo do imperialismo norte-americano contra um país soberano da América Latina, em flagrante violação do direito internacional e da autodeterminação dos povos”.

A sigla reafirma no texto “sua total solidariedade ao povo e ao governo da Venezuela, bem como sua defesa intransigente da soberania nacional, da paz e da integração latino-americana”.

Leia a nota na íntegra:

Sobre o bloqueio de petroleiros venezuelanos pelo governo Trump

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) denuncia com veemência o bloqueio de petroleiros venezuelanos realizado pelo governo dos Estados Unidos no dia 16 de dezembro. Trata-se de mais um ato ilegal, arbitrário e agressivo do imperialismo norte-americano contra um país soberano da América Latina, em flagrante violação do direito internacional e da autodeterminação dos povos.

A ação beligerante de Trump nada tem a ver com a defesa da democracia, dos direitos humanos ou do combate ao narcotráfico. Esses pretextos, repetidos à exaustão por Washington, já se mostraram falsos e cínicos. O que está em curso é a velha política de saque das riquezas naturais, agora exercida por meio de bloqueios, sanções, intimidações militares e atos de pirataria econômica contra a Venezuela e que obedece a uma nova Estratégia de Segurança Nacional, conforme documento oficial publicado pela Casa Branca no início de dezembro.

O bloqueio de petroleiros é pirataria neocolonial. É a tentativa explícita de estrangular a economia venezuelana, controlar seu petróleo e impor, pela força, um projeto de submissão que os povos latino-americanos rejeitam há décadas. Trata-se de um ataque direto ao direito da Venezuela de comercializar seus próprios recursos e garantir as condições materiais de vida de sua população.

O PCdoB reafirma sua total solidariedade ao povo e ao governo da Venezuela, bem como sua defesa intransigente da soberania nacional, da paz e da integração latino-americana. Reiteramos que somente o respeito ao direito internacional, o fim das sanções e o diálogo entre as nações podem abrir caminho para soluções políticas justas e duradouras.

Convocamos as forças democráticas, progressistas e anti-imperialistas do Brasil e do mundo a se manifestarem contra essa escalada de agressões e a denunciarem o caráter predatório e neocolonial das ações dos Estados Unidos. A América Latina não é quintal de império algum. Nossa luta é pela soberania, pela paz e pelo direito dos povos a decidir seu próprio destino.

Partido Comunista do Brasil/PCdoB

Brasília, 17 de dezembro de 2025

Supremo dá início ao processo de extradição do foragido Ramagem

Os trâmites para o processo de extradição do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), foragido nos Estados Unidos, começaram na segunda-feira (15). Ramagem foi condenado a 16 anos de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pelo crime de tentativa de golpe de Estado.

Ramagem foi diretor da Agência Brasileira de Investigação (Abin). O processo dele transitou em julgado em 25 de novembro, mas o deputado fugiu do Brasil.

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou que a Secretaria Judiciária remeta ao Ministério da Justiça e Segurança Pública os documentos necessários para formalizar o pedido de extradição de Ramagem, nos termos do Tratado de Extradição com os Estados Unidos da América.

“Determino à Secretaria Judiciária que remeta ao Ministério da Justiça e Segurança Pública os documentos necessários para formalizar o pedido de extradição de ALEXANDRE RAMAGEM, nos termos do Tratado de Extradição com os Estados Unidos da América”, diz o despacho de Moraes.

Polícia Federal investiga como o deputado fugiu do Brasil. A suspeita é que ele tenha saído clandestinamente do Brasil pela Guiana em direção a Miami, nos Estados Unidos, onde se encontra desde setembro deste ano.

No último sábado (13), a PF cumpriu em Manaus (AM) mandado de prisão contra Celso Rodrigo de Mello, filho do garimpeiro Rodrigo Cataratas, no âmbito de investigação que apura a suposta fuga de Ramagem do Brasil. A ação DA PF foi autorizada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes.

O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, descreveu como se deu a fuga de Ramagem. “A rota de fuga já parece clara: via Guiana, saindo clandestinamente, sem passar por qualquer ponto de fiscalização. Em seguida, saiu de Georgetown para Miami”, disse o diretor-geral da PF.

Brasileiros nas ruas repudiam anistia para Jair Bolsonaro



Manifestantes ocuparam as ruas de Copacabana, no Rio, contra o absurdo

Trump recua e retira Alexandre de Moraes da lista de sancionados pela Lei Magnitsky

O governo Trump anunciou, em comunicado na sexta-feira (12), que retirou o nome do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, da lista de pessoas sancionadas pela Lei Magnitsky.

Os nomes da esposa do ministro, a advogada Viviane Barci de Moraes, e do Instituto Lex, ligado à família Moraes, também foram retirados da lista de sanções.

A decisão é do Escriatório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro norte-americano.

As sanções da Lei Magnitsky foram impostas a Alexandre de Moraes pelo governo de Donald Trump no fim de julho. Em setembro, a lista passou a incluir também o nome de Viviane.

O recuo de Trump em relação a Moraes e família só evidencia o absurdo da medida tomada, aplaudida e

estimulada pela família Bolsonaro, especialmente por Eduardo Bolsonaro, refugiado nos Estados Unidos.

Trata-se de uma interferência escandalosa nos assuntos internos de uma nação soberana. Uma chantagem absurda contra o Judiciário brasileiro.

Ao aplicar a sanção a Moraes, o governo norte-americano alegou que Alexandre de Moraes violava a liberdade de expressão e autorizava “prisões arbitrárias”, citando o julgamento da tentativa de golpe de Estado e decisões contra as big techs estadunidenses.

Na verdade, era uma tentativa de pressionar o Judiciário para livrar Bolsonaro da condenação. O que fracassou. Bolsonaro e seus cúmplices foram devidamente julgados e condenados. Ele foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão.

O ataque da lei Lei

Magnitsky e do tarifaço contra o Brasil fizeram os brasileiros se levantarem, com manifestações em defesa da soberania nacional e contra traição de Bolsonaro e sua família.

Trump também já recuou parcialmente do tarifaço, outra medida fracassada contra o Brasil, porque só fez o Brasil ampliar seu leque de exportações e de comércio, principalmente com a China.

Entre outros pontos, a Lei Magnitsky bloqueia bens e empresas dos alvos da sanção nos EUA.

Entre as sanções previstas estão o bloqueio de contas bancárias, de bens e interesses em bens dentro da jurisdição em solo norte-americano, além da proibição de entrada no país.

Eduardo Bolsonaro registrou seu fracasso na rede social dizendo que recebeu “com pesar a notícia da mais recente decisão anunciada pelo governo americano”.

Federal. Suas três principais metas foram impedir que a PF investigasse as facções sem autorização dos governos estaduais, retirar recursos que garantissem o funcionamento da PF e blindou os bandidos atrapalhando o arresto de bens das organizações criminosas.

Depois de muita pressão e denúncias, foram retirados alguns itens que descapitalizava a PF, mas o projeto foi para o Senado com alguns vícios ainda. No entanto, os senadores retiraram os restos de ataques à PF.

O promotor de Justiça Lincoln Gakiya, do Ministério Público Estadual de São Paulo (MP-SP), considerado um especialista no combate a facções, afirmou na época que as propostas feitas por Guilherme Derrite (PP-SP) para o PL Antifacção atendiam os “interesses do crime organizado”.

“Da maneira como foi posta a discussão, no meu entender, atende aos interesses do crime organizado”, comentou. Tom Costa/MJSP



Andrei Rodrigues, diretor-geral da Polícia Federal

Manifestações em Copacabana e Avenida Paulista reúnem milhares contra o “PL da Anistia/Dosimetria” e defendem a prisão dos condenados por tentativa de golpe; Chico Buarque, Caetano, Gil e outros artistas sobem ao palco

Milhares de pessoas ocuparam a praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, e a Avenida Paulista, em São Paulo, em manifestações contra o PL da Anistia, ou da “dosimetria”, com shows de artistas como Chico Buarque, Paulinho da Viola, Caetano Veloso e Chico César, entre outros.

As manifestações, convocadas por movimentos sociais e partidos políticos foram realizadas em dezenas de cidades brasileiras. Centenas de milhares de pessoas participaram dos atos desde a manhã do domingo (14), como em Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Natal (RN), Recife (PE) e Brasília.

No Rio o ato contou com uma intensa participação de artistas. Chico Buarque cantou a música “Vai Passar”, que, lançada em 1984, foi símbolo da redemocratização do país após duas décadas sob a ditadura militar. A atriz vencedora do Oscar com “Ainda Estou Aqui” Fernanda Torres cantou junto de Chico em cima do caminhão de som.

Também subiram para cantar no caminhão de som e se manifestar contra a impunidade Caetano Veloso, Gilberto Gil, Paulinho da Viola, Lenine, Emicida, Baco Exu do Blues, Moreno Veloso e Xamã.

Os atos foram convocados depois que a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que pode diminuir para dois anos o tempo de prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros condenados pela tentativa de golpe de Estado.

No Rio, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) disse que o Brasil não aceita “nenhum alívio, nenhum perdão, nenhuma anistia disfarçada de dosimetria para quem tentou golpear a democracia brasileira”.

“Esse ato está dirigido ao Senado Federal. O Brasil inteiro tem que se dirigir ao Senado, onde podemos derrotar a dosimetria”, continuou.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), defendeu a cassação de parlamentares condenados que fugiram do país para não pagar por seus crimes, como Carla Zambelli e Alexandre Ramagem (PL-RJ), e de Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que articulou com os Estados Unidos sanções contra o Brasil.

“Não dá para aceitar uma bancada de deputados foragidos. O Eduardo Bolsonaro, Ramagem, Carla Zambelli... Hugo Motta tem que cumprir a decisão judicial e cassar a Carla Zambelli”, falou.

O ex-deputado e atual presidente da Embratur, Marcelo

STF condena por unanimidade militar golpista do plano para assassinar Lula

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou, por unanimidade, o general da reserva Mário Fernandes, o ex-assessor de Bolsonaro, Filipe Martins, e outros três que também participaram da tentativa de golpe de Estado. Esses réus fizeram parte do núcleo 2 da trama golpista.

Mário Fernandes foi o responsável por produzir e levar até Jair Bolsonaro o plano “Punhal Verde e Amarelo”, que previa o assassinato de Lula, Geraldo Alckmin e Alexandre de Moraes. Condenado por organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano ao patrimônio da União e deterioração do patrimônio tombado, Fernandes teve sua pena decretada em 26 anos e 5 meses de prisão.

Moraes, que é o relator do caso, brincou durante seu voto que seria melhor para a defesa Fernandes que ele exercesse seu direito de ficar em silêncio ao invés de admitir ter produzido o Punhal Verde e Amarelo.

“As vezes nós entendemos o direito ao silêncio. É melhor ter direito ao silêncio do que dizer que ‘é um arquivo digital que nada mais retrata do que um pensamento meu que foi digitalizado’”, comentou o ministro.

Freixo, avalia que a chamada dosimetria “é uma vergonha” feita para salvar “condenados por formação de quadrilha, por tentar dar um golpe, por planejar a morte do presidente, do vice-presidente e de um juiz da Suprema Corte”.

O deputado Glauber Braga (PSol-RJ), que sofreu, por parte dos dirigentes da Câmara, uma tentativa de cassação de seu mandato, agradeceu a solidariedade e disse que “não podemos parar de lutar contra o que está acontecendo no Brasil, a tentativa golpista de fechamento de regime”.

Em São Paulo, os manifestantes começaram a se reunir na Avenida Paulista às 14h. Chico César e a cantora Zélia Duncan fizeram shows para os presentes.

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos (PSol), comentou que “a rua voltou a ser decisiva para os rumos políticos do Brasil”, lembrando que a PEC da Blindagem foi enterrada após fortes manifestações em todo o país.

Para ele, “a dosimetria não é nada menos do que uma anistia envergonhada, porque não tinham força para aprovar a anistia que querem. A gente não quer saber de anistia sem vergonha e nem de anistia envergonhada. Queremos que ela seja barrada. Golpista bom é golpista preso”.

Na Paulista, manifestantes lotaram o quarteirão em frente ao MASP.

Orlando Silva (PCdoB-SP), deputado federal, afirmou que em 2026 será preciso construir uma “nova maioria política” que não fique restrita à esquerda. “Que nós tenhamos capacidade de conversar, baixar a guarda para conversar francamente com a família, no bairro, na Igreja”.

O parlamentar ainda citou a retirada de parte das taxas impostas pelos EUA contra o Brasil, o que chamou de “pedido de arrego” de Donald Trump a Lula. “Acabou essa história de atacar as instituições do Brasil. O Lula mostrou qual é o caminho: resiliência, resistência, força, confiança no povo, fé na democracia e capacidade de luta”.

Gustavo Petta (PCdoB), vereador de Campinas, destacou que “foram as ruas que derrotaram a PEC da Blindagem. Novamente as ruas estão tomadas porque a maioria dos deputados aprovou a dosimetria, que é a anistia repaginada e a celebração da impunidade para os criminosos que atentaram contra a democracia”.

O ministro considera que “não há defesa possível quando a impressão do documento Punhal Verde e Amarelo foi feita no Palácio do Planalto e posteriormente levado ao Palácio da Alvorada, quando ele [Mário Fernandes] foi conversar com o líder da organização criminosa, Jair Messias Bolsonaro, sobre o planejamento”.

O objetivo do grupo era “a manutenção do poder à força. Nem que, para isso, precisassem matar autoridades, destruir instituições e gerar o caos social no Brasil”.

O ministro Flávio Dino assinalou que os golpistas fizeram “tudo à luz do dia. E como se houvesse um orgulho da ilicitude. (...) Tudo às claras, tudo à luz do dia, e, por isso, é muito simples a recomposição desse itinerário”, completou.

FILIFE MARTINS

Filipe Martins, ex-assessor especial de Bolsonaro para Assuntos Internacionais, foi condenado pelos ministros do STF a 21 anos de prisão. Martins produziu e entregou a minuta de decreto que instalaria uma ditadura no país, recebendo do chefe orientações para alteração.

O assessor esteve presente nas reuniões em que Jair Bolsonaro tentou convencer os chefes das Forças Armadas a aderirem à tentativa de golpe de Estado.

Apagão da Enel: dias de caos em SP expõem falência da privatização

Ano após ano, apagões se tomam mais severos. Enquanto a multinacional pressionava pela renovação da concessão, mais de 2,2 milhões de residências ficaram no escuro

Desde que a distribuição de energia elétrica da capital paulista e de outros 23 municípios da região metropolitana foi entregue à gestão da italiana Enel São Paulo, em 2018, São Paulo passou a conviver com uma sequência ininterrupta de apagões que expõe a falência do modelo de privatização.

No quarto dia de apagão, mais de 500 mil casas permanecem sem energia elétrica na região metropolitana de São Paulo. No pico da crise, foram 2,2 milhões de residências sem abastecimento.

Ao menos cinco grandes crises afetaram centenas de milhares de consumidores e, em três episódios, milhões de pessoas ficaram sem energia elétrica. Ano após ano, os apagões se tornam mais severos e dominam o debate público justamente no momento em que a multinacional pressiona pela renovação das concessões por mais 30 anos.

Os casos mais graves ocorreram em 2023, 2024 e 2025, quando, a cada episódio, mais de 3 milhões de residências ficaram sem luz por semanas, sem qualquer previsão de normalização do serviço. Em todas essas ocasiões, a Enel não apresentou prazo para o restabelecimento da energia elétrica, aumentando a revolta e pelo abandono da população.

A degradação do serviço, porém, não começou em 2023. Desde que adquiriu a antiga AES Eletropaulo, a empresa promoveu cortes massivos no quadro de trabalhadores e deixou de cumprir metas mínimas de qualidade da Aneel em 2021 e 2022.

A concessionária afirma ter contratado cerca de 1.200 eletricitistas entre junho de 2024 e março de 2025. Entretanto, o que se viu nesta nova crise foram carros utilizados para manutenção da rede parados nos pátios, enquanto a população fica no escuro.

MULTAS IGNORADAS

Entre 2019 e 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica aplicou R\$ 374,4 milhões em multas à Enel em São Paulo. Ainda assim, a empresa recorre sistematicamente à Justiça para evitar o pagamento das sanções. Do total aplicado, apenas pouco mais de R\$ 29 milhões foram pagos, evidenciando a fragilidade do sistema de punição diante de uma concessionária privada de grande porte.

Nos últimos cinco anos, a Enel acumulou R\$ 606,2 milhões em multas aplicadas pela Aneel nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará, resultado de 18 penalidades. São Paulo concentra o maior volume: mais de R\$ 374 milhões, o equivalente a 61% do total. Desse montante, R\$ 165,8 milhões referem-se ao apagão de novembro de 2023 — a maior multa já aplicada pela Aneel em todo o setor elétrico. Em 2024, ou-

tra penalidade de R\$ 83,7 milhões foi aplicada. Segundo a agência, “A multa está em fase de análise de recurso”.

Do total de multas, menos da metade foi paga. Apenas 10 das 18 penalidades foram quitadas, somando R\$ 119.679.717,33. Em São Paulo, somente duas multas foram pagas: R\$ 12,7 milhões, de um processo de 2019, e R\$ 16,2 milhões, referente a 2021. Outras três multas, que totalizam R\$ 315 milhões, seguem sendo contestadas judicialmente — duas em São Paulo e uma no Rio de Janeiro.

O Procon-SP também multou a concessionária em oito ocasiões, totalizando R\$ 78,9 milhões entre 2019 e 2024. Nenhuma dessas multas foi paga. Uma delas já levou a empresa à dívida ativa, enquanto outra teve pagamento determinado em segunda instância, ainda sem cumprimento. Além disso, cinco multas estão suspensas por decisão judicial, impedindo a cobrança de R\$ 47.264.980,52.

Em novembro de 2024, a AGU ingressou com ação contra a Enel buscando R\$ 260 milhões em reparações coletivas pelos danos do apagão de outubro. O processo segue em andamento.

Outra informação estrutural agrava o cenário: a Enel reduziu 36% de seu quadro de funcionários entre 2019 e o terceiro trimestre de 2023 — de 23.385 para 15.366 trabalhadores próprios e terceirizados — ao mesmo tempo em que aumentou sua base de consumidores em 7%, alcançando 7,85 milhões de imóveis atendidos na Grande São Paulo.

Como ocorre após cada grande apagão, o colapso gerou nova rodada de reações, com ações judiciais, cobranças de órgãos reguladores, envolvimento do Ministério de Minas e Energia, do Tribunal de Contas da União e de governos municipal e estadual. Em ofício oficial, o diretor da Aneel Fernando Mosna afirmou que a reincidência e a gravidade das falhas configuram “descumprimento de cláusulas contratuais”, o que pode embasar uma recomendação de caducidade da concessão.

Após o documento, Mosna reuniu-se com o presidente da Enel São Paulo, Guilherme Lencastre, que apresentou planos de restabelecimento do serviço, sem, no entanto, informar quando a energia será totalmente normalizada.

A empresa, assim como outras do setor, insiste na tese de que os apagões decorrem de eventos climáticos extremos fora de seu controle. Essa versão é rebatida pelo presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, que destaca que os alertas são antigos, previsíveis e ignorados, somando-se à incapacidade operacional da concessionária e à falta de políticas públicas de manejo urbano.

Governos federal, estadual e municipal anunciam rompimento com a Enel

Após um novo apagão que deixou mais de 2,2 milhões de imóveis sem energia na capital e na Grande São Paulo, os governos federal, estadual e municipal decidiram iniciar o processo de rompimento do contrato com a Enel, concessionária privada que acumula sucessivas falhas na prestação do serviço, multas milionárias e histórico de judicialização, aprofundando a crise energética em São Paulo. A decisão foi tomada após reunião realizada nesta terça-feira (16).

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que a Enel perdeu as condições de permanecer à frente da concessão. Ele ressaltou que a visita ao governo paulista foi uma determinação direta do presidente Lula (PT). “Estamos completamente unidos — governos federal, estadual e do município — para que a gente inicie um processo rigoroso, regulatório. Esperamos que a Aneel possa dar resposta o mais rápido possível ao povo de São Paulo, implementando e iniciando o processo de caducidade que vai resultar, com certeza, na melhoria da qualidade do serviço de distribuição, que o mais sensível do setor elétrico”, afirmou.

Ao comentar o encontro, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos),

afirmou que o caminho escolhido é o mais severo previsto na legislação. “Não há outra alternativa senão a medida mais grave que existe, que é a decretação de caducidade. Nós estamos mandando elementos para o Ministério de Minas e Energia. Vamos mandar isso também para a agência reguladora”, declarou.

A chamada caducidade, considerada uma medida extrema, ocorre quando fica comprovado que a concessionária descumpra obrigações contratuais e não tem condições de manter a prestação adequada do serviço à população. Segundo o governador, há alinhamento político entre os diferentes níveis de governo para pressionar pela abertura do processo. “Vamos instar a agência, a gente está falando de uma união importante, que é do governo federal, estadual e prefeitura de São Paulo, na mesma página, para que o processo de caducidade seja instaurado”, completou.

Enquanto o processo de rompimento do contrato avança, a Enel acumula sanções administrativas. O Procon Paulista, órgão da Prefeitura de São Paulo, aplicou uma multa de R\$ 14,2 milhões à concessionária “por falhas graves e estruturais na prestação do serviço, especialmente as ocorridas entre os dias 8 e 10 de dezembro”.



Pátio da Enel lotado enquanto milhões de casas sofriam com o apagão

Wagner Moura critica PL do Streaming: “ruim para o audiovisual e para a cultura brasileira”

O ator Wagner Moura, estrela do indicado ao Oscar “O Agente Secreto”, divulgou vídeo em que faz uma dura crítica ao Projeto de Lei 8889/2017 que visa regulamentar os serviços de streamings no país. O ator destaca a importância de uma taxação adequada das plataformas e a garantia do investimento desse recurso na produção audiovisual brasileira.

“Tanto o projeto que passou pela Câmara, quanto o que passou pelo Senado são muito ruins, não só para o setor audiovisual brasileiro, da cultura, que gera emprego, renda, um setor econômico importante, como de um modo geral é ruim para o Brasil, para a autoestima, para a autonomia do país”, afirmou o ator.

O ator destacou que a taxação proposta é de 4% muito baixa para o Brasil, considerando que somos o 2º maior mercado de streamings no mundo, onde as plataformas “fazem mais dinheiro no mundo, depois apenas dos Estados Unidos”. “Para um mercado desse tamanho é uma taxação muito pequena”, disse Wagner.

“O segundo ponto mais bizarro é o fato dessas empresas poderem usar parte do dinheiro da taxação para investir em seu próprio conteúdo. Quase não entendo o que isso significa. Esse é um dinheiro que deveria estar indo para o Fundo Setorial do Audiovisual, para fomentar a produção independente brasileira”, completou.

O ator pediu que o Ministério da Cultura “entre nesse jogo defendendo a autonomia do país nessa questão e que o presidente Lula fique atento. Esse é um momento importante, não só para o setor audiovisual brasileiro, mas para



Ator criticou projeto em debate no Congresso audiovisuais disponíveis.

a autoestima do país. Para a soberania do país”, conclui Wagner Moura.

Após a divulgação do vídeo, um manifesto com quase 500 assinaturas destacou que o processo de articulação e diálogo foi mal conduzido e que não aceita a solução do “menos pior”. A carta traz o subtítulo “Somos todos Wagner Moura”, em referência ao vídeo citado.

A Câmara aprovou em novembro o texto-base do PL 8.889 de 2017, que regulamenta os serviços de streaming no país. O parecer define que a regulação e a fiscalização caberá à Agência Nacional do Cinema (Ancine), exigindo credenciamento prévio das plataformas.

O projeto cria uma nova modalidade da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), cobrada de forma progressiva sobre a receita bruta anual das empresas — começando em 0% para receitas a partir de R\$ 3,6 milhões e chegando ao teto de 4% acima de R\$ 70 milhões.

A proposta determina, ainda, que os serviços tenham ao menos 10% de conteúdos brasileiros no catálogo, de forma contínua, calculados sobre o total de obras

RUIM PARA O BRASIL

Cineastas, atores, atrizes, roteiristas, produtores, distribuidores, animadores e outros profissionais do audiovisual brasileiro divulgaram um manifesto de apoio ao ator Wagner Moura. “Concordamos que estes projetos como estão, não são bons para o Brasil”, afirmam.

“Apesar dos alertas de toda a cadeia produtiva e criativa, o processo foi conduzido sem a escuta efetiva e cuidadosa dos segmentos historicamente responsáveis pela construção do cinema e da televisão no Brasil. Em conjunto, diversos ministérios envolvidos infelizmente não deram a devida prioridade ao tema. Diversas contribuições técnicas foram ignoradas, e decisões estratégicas foram tomadas sem transparência e sem a participação adequada da totalidade do setor independente — justamente o setor que sustenta a diversidade cultural, a renovação estética e a geração de empregos qualificados em todo país”, alertam as entidades que assinam o manifesto.

Ministério Público repudia decisão de deputados de acabar com cotas raciais em Santa Catarina

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), junto a Defensoria Pública questionaram a decisão dos deputados estaduais de Santa Catarina, que aprovaram um projeto de lei que extingue as cotas raciais na universidade estadual e instituições de ensino que recebem dinheiro do governo.

Desde antes da apreciação na Assembleia Legislativa, na quarta-feira (10), a proposta foi alvo de questionamento sobre a constitucionalidade da medida, que ainda precisa da sanção do governador Jorgeinho Mello (PL). Entidades como o MPSC e a Defensoria Pública questionam a validade da medida, assim como a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), principal afetada caso a legislação seja validada.

A última sessão do ano na Assembleia Legislativa também foi marcada pela aprovação de um pacote com mais de 60 projetos, incluindo aumento de gratificação para parte dos parlamentares, criação de novos cargos e autorização para instalação de câmeras dentro das salas de aula.

As universidades que descumprirem a lei poderão pagar multa de R\$ 100 mil por edital e perder verbas públicas. O texto proíbe a reserva de vagas com base em critérios raciais. Continuam permitidas cotas para pessoas com deficiência, estudantes de escolas públicas e critérios econômicos.

O fim das cotas raciais deve atingir estudantes da Udesc, instituições do sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) e faculdades privadas que recebem bolsas do programa Universidade Gratuita e do Fundo de Apoio à Educação Superior (Fumdesc). A medida não afeta universidades federais, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nem institutos federais.

Em nota, a gestão da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) se pronunciou manifestando “profunda preocupação e discordância”.

A Udesc ainda diz que “está avaliando o texto aprovado e verificando os impactos nos processos em andamento na universidade, caso seja sancionado pelo go-

vernador” e que “se coloca à disposição para compartilhar dados, experiências e evidências que sustentam a importância das ações afirmativas como mecanismos legítimos de combate às desigualdades e promoção da inclusão”.

“Há relevantes fundamentos que podem indicar a inconstitucionalidade da proposta aprovada na Alesc diante da legislação federal vigente, como a Lei nº 12.711/2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) já reconheceu expressamente a constitucionalidade de políticas de ação afirmativa com critérios étnico-raciais”, diz a nota.

Entidades de ensino federais manifestaram repúdio ao Projeto de Lei nº 753/2025. Em nota compartilhada nas redes sociais, elas informaram que a medida é considerada um retrocesso por especialistas e movimentos sociais, pois pode ampliar desigualdades e limitar o acesso de grupos historicamente excluídos à universidade.



Jaci substitui o supercomputador Tupã

Brasil inaugura o novo supercomputador Jaci e dá salto em ciência e previsões climáticas

O Brasil passou a contar oficialmente com um novo e estratégico instrumento científico no enfrentamento às mudanças climáticas com o início da operação do supercomputador Jaci, inaugurado nesta quinta-feira (11) no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em Cachoeira Paulista, no interior de São Paulo. O equipamento representa um avanço significativo na capacidade nacional de processamento de dados climáticos, meteorológicos e ambientais, fortalecendo a autonomia científica do país em um momento de intensificação de eventos extremos como enchentes, secas prolongadas e ondas de calor cada vez mais severas.

Desenvolvido para substituir o antigo supercomputador Tupã, que operou por mais de uma década e já apresentava limitações diante da crescente complexidade dos modelos climáticos, o Jaci oferece um salto expressivo de desempenho. Sua capacidade de cálculo permite rodar simulações com altíssima resolução espacial, alcançando escalas de até três quilômetros, o que possibilita previsões mais detalhadas e localizadas. Esse avanço técnico amplia de forma decisiva a precisão dos alertas meteorológicos e climáticos, beneficiando diretamente áreas sensíveis como defesa civil, agricultura, geração de energia, transporte e planejamento urbano.

O nome Jaci foi escolhido por meio de votação popular e faz referência à divindade da Lua na mitologia tupi guarani, simbolizando a conexão entre saberes tradicionais e tecnologia de ponta. A escolha reforça a proposta do projeto de aproximar a ciência da sociedade e destacar o papel estratégico do conhecimento científico na proteção da vida e do território nacional. A entrada em operação do sistema também consolida o Brasil como um dos poucos países do hemisfério sul com infraestrutura própria de supercomputação voltada especificamente para estudos climáticos de larga escala.

O novo supercomputador é peça central para a execução do Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre, conhecido como MONAN, que integra dados atmosféricos, oceânicos e de superfície terrestre em um único sistema de simulação. Esse modelo foi desenvolvido para representar com maior fidelidade as características climáticas da América do Sul e do território brasileiro, superando limitações de modelos estrangeiros que nem sempre conseguem captar particularidades regionais como a dinâmica da Amazônia, do Cerrado e das áreas costeiras.

Durante a cerimônia de inauguração, autoridades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e da direção do Inpe destacaram que o Jaci não é apenas uma atualização tecnológica, mas uma ferramenta essencial para a segurança nacional e a formulação de políticas públicas baseadas em evidências científicas.

Para a ministra Luciana Santos, a chegada do Jaci reforça o papel estratégico do Inpe na produção de conhecimento científico essencial para o País. “Estamos falando do sistema de previsão do tempo e clima mais avançado já instalado no Brasil, fruto de um investimento de R\$ 30 milhões do MCTI via Finep [Financiadora de Estudos e Projetos] que abre caminho para a modernização completa do centro de dados do instituto, um projeto de cerca de R\$ 200 milhões que incluirá novos supercomputadores, infraestrutura elétrica renovada, refrigeração eficiente e uma usina fotovoltaica. É ciência de ponta, soberania tecnológica e capacidade real de salvar vidas”, afirmou.

A capacidade de antecipar fenômenos extremos com maior precisão pode significar a diferença entre prevenção e tragédia, permitindo respostas mais rápidas e eficazes do poder público e reduzindo impactos sociais, econômicos e ambientais.

O investimento inicial para a aquisição e implementação do supercomputador foi da ordem de dezenas de milhões de reais, financiado com recursos públicos federais. O Jaci integra o Projeto de Renovação da Infraestrutura de Supercomputação do Inpe, que prevê até o final da década a modernização completa do centro de dados da instituição. O plano inclui melhorias estruturais, atualização de sistemas elétricos e de refrigeração e a adoção de soluções sustentáveis, como a implantação de geração de energia solar, alinhando alta performance computacional com eficiência energética.

Pesquisadores e especialistas avaliam que a entrada em operação do Jaci marca um ponto de inflexão na ciência climática brasileira. Em um cenário global marcado pelo aquecimento acelerado do planeta, a ampliação da capacidade nacional de previsão e análise climática torna-se indispensável para a adaptação do país aos novos riscos ambientais. Mais do que um avanço tecnológico, o supercomputador simboliza a aposta do Brasil na ciência como ferramenta central para enfrentar os desafios do presente e do futuro, reforçando o papel do Estado na produção de conhecimento estratégico e na proteção da população frente às transformações do clima.



Trabalhadores defendem Correios como patrimônio público e exigem garantia de direitos em ato no DF

Funcionários dos Correios, organizados pela Findect (Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios) e por sindicatos de todo o país, realizaram uma mobilização em Brasília, no último dia 10, em defesa da empresa pública e da construção de um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que assegure direitos, valorização profissional e condições dignas de trabalho aos ecetistas.

Caravanas de diversos estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão, participaram de atos em frente ao Palácio do Planalto, no edifício-sede dos Correios e no Congresso Nacional. A agenda incluiu reunião com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, no Palácio da Alvorada, além de audiência pública na Câmara dos Deputados, onde os trabalhadores cobraram o aporte imediato na estatal, enfrentamento da crise financeira e garantias para a categoria.

Com faixas, bandeiras e palavras de ordem, os manifestantes exigiram a retomada das negociações coletivas, com pontos centrais como: reposição integral da inflação com ganho real nos salários; reajuste dos vales alimentação e refeição; manutenção de todas as cláusulas sociais; fortalecimento do Postal Saúde, sem cobrança de mensalidades ou coparticipações abusivas; garantia de emprego; realização de concurso público; fim da precarização e da terceirização; pagamento da PLR; ampliação do auxílio-creche; além de melhorias nas condições de trabalho e saúde laboral.

“A força das caravanas mostrou que a categoria está mobilizada em todo o país. Defender os Correios é defender um serviço público essencial para a população brasileira”, destacou a Findect em nota.

Para o presidente do Sintect-SP, Elias Diviza, a mobilização deixa um recado claro ao governo. “A categoria está unida e disposta a seguir pressionando até que haja uma proposta concreta para o ACT e um plano real de investimento nos Correios”, afirmou.

Reunião com o ministro da Secretaria-geral da presidência, Guilherme Boulos. Foto: Findect

Um dos atos do movimento foi um “abraço” coletivo ao edifício-sede da empresa, gesto que, segundo a Findect, expressou o compromisso dos trabalhadores com a preservação da maior empresa pública com presença nacional. “Foi um ato de defesa dos direitos e da própria função social dos Correios”, ressaltou a federação.

O presidente da Findect e do Sindecteb (Bauri e Região), José Aparecido Gandara, enfatizou o papel das bases sindicais. “Cada região é fundamental nessa luta. Viemos a Brasília para garantir que nenhum direito seja retirado e que os Correios continuem sendo patrimônio do povo brasileiro”, declarou.

Na reunião com o ministro Guilherme Boulos, as lideranças sindicais cobraram a institucionalização de um canal permanente de diálogo, aportes financeiros urgentes na estatal e medidas imediatas para destravar as negociações do Acordo Coletivo.

Já na audiência pública realizada à noite na Câmara dos Deputados, que contou também com o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), os trabalhadores lotaram o espaço, mesmo diante de tentativas de restrição de acesso. Mais uma vez, reforçaram a necessidade de fortalecer os Correios, superar a crise financeira da empresa e assegurar, no ACT, direitos que garantam valorização, estabilidade e dignidade à categoria ecetista.

Arcabouço fiscal limita aumento real do salário mínimo em 2,5%

O governo federal confirmou, nesta quarta-feira (10), o reajuste do salário mínimo para o próximo ano, que passa dos atuais R\$ 1.518 para R\$ 1.621. O aumento de R\$ 103 reflete às novas regras fiscais impostas pelo arcabouço fiscal, aprovadas no final do ano passado.

O reajuste, embora siga valorizando o salário mínimo, que é definido por dois indicadores econômicos – a reposição das perdas inflacionárias medidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor em 12 meses até novembro (4,4%, segundo o IBGE), e o crescimento do PIB de dois anos antes –, sofreu uma trava devido ao teto de gastos imposto pelo novo arcabouço fiscal.

Embora o Produto Interno Bruto (PIB) de 2024 tenha crescido 3,4%, o aumento real repassado ao

trabalhador foi limitado a 2,5%, por conta do novo arcabouço, que restringe o crescimento real das despesas a esse percentual.

De acordo com estimativas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), embora com a regra de valorização a cada ano, o valor do salário mínimo está muito distante do que é considerado necessário para o sustento digno de uma família brasileira.

Segundo o órgão, para cobrir despesas básicas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o valor do salário mínimo deveria ser R\$ 7.067,18 (dados de novembro). Esse montante equivale a 4,66 vezes o valor do piso atual.

Adilson Araújo: “Juros altos do Banco Central sufocam o Brasil”



Petroleiros ampliam greve e cobram nova proposta para acordo coletivo de trabalho

No terceiro dia de greve, a greve dos petroleiros cresce com adesões de novas unidades da Petrobrás em todo o todo o país. “O movimento segue por tempo indeterminado em todo o Brasil, até que a direção da Petrobrás apresente uma nova contraproposta de Acordo Coletivo de Trabalho que atenda aos três eixos de reivindicações da categoria petroleira: distribuição justa da riqueza gerada, fim dos equacionamentos da Petros e reconhecimento da Pauta pelo Brasil Soberano, com suspensão das privatizações e das demissões na área de Exploração e Produção”, afirma a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e Sindipetro.

Conforme balanço da entidade, nesta quarta-feira (17), aderiam ao movimento os petroleiros da Refinaria Abreu e Lima e do Terminal de Suape, em Pernambuco, e trabalhadores de unidades operacionais como a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul; da Fábrica de Lubrificantes

do Nordeste (Lubnor), da Termoceará e do terminal de Macuripe, no Ceará.

No Rio Grande do Norte, os trabalhadores da Usina Termelétrica do Vale do Açu iniciaram a greve na terça-feira (16), assim como os médicos do setor de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) da companhia. Na Bahia, os trabalhadores da Usina de Biodiesel de Candeias também se somaram à paralisação, assim como os trabalhadores de diversas unidades da Bacia de Campos, no norte fluminense, onde já são 22 plataformas entregues às equipes de contingência.

Também na manhã desta quarta, conforme informa o Sindipetro, aconteceram atos e “trancos” em diversas unidades do Sistema Petrobrás. No Norte Fluminense, o Sindipetro realizou um ato em frente ao portão de acesso da Unidade de Tratamento de Gás de Cabiuínas (UTGCAB), em Macaé, no RJ. “A mobilização teve grande participação dos trabalhadores e trabalhadoras da unidade e de lideranças sindicais”,

afirmou o Sindipetro.

Tanto o Sindipetro como a FUP têm recebido diversas denúncias de “ação ilegal de alguns gestores da Petrobrás que têm criado dificuldades para liberar os trabalhadores que aderiram à greve nas plataformas e nas refinarias”.

Conforme levantamento da Federação, “ainda há trabalhadores mantidos há mais de 60 horas na Reduc e na Regap e há quase 48h na Lubnor e na Refap, o que configura cárcere privado”. A entidade informa que, inclusive, na tarde de terça-feira (16), auditores fiscais do Ministério do Trabalho estiveram na Reduc para verificar as condições de habitabilidade e de saúde dos trabalhadores retidos na refinaria.

O Sindipetro-NF também recebeu várias denúncias de que a gestão da Petrobrás está mantendo trabalhadores em plataformas da Bacia de Campos, impedindo o desembarque de grevistas, sobretudo os técnicos de segurança.

“Luta por juros baixos é a chave para a retomada”, afirma o presidente da CTB

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) tem um posicionamento firme e inegociável: a redução dos juros no país é a chave para uma economia viva e pulsante. Não se trata apenas de números e índices; é uma pauta que se traduz diretamente em melhorias concretas para a classe trabalhadora e todo o povo brasileiro, significando geração de emprego, aumento de renda e mais dignidade para as famílias.

O Comitê de Política Monetária (Copom), em suas reuniões que ocorrem a cada 45 dias para redefinir a taxa Selic, tem mantido o índice em patamares inaceitavelmente elevados. Nos três últimos encontros – julho, setembro e novembro – a decisão foi de manter a taxa em 15% ao ano. E os comunicados recentes dão indícios de que essa manutenção deve se repetir na reunião desta semana.

O principal argumento defendido pela autoridade monetária para justificar a Selic elevada é o controle da inflação. No entanto, esse uso da taxa básica de juros é cada vez mais questionado. Os registros dos últimos anos mostram que o aumento de preços de bens e serviços tem se mantido sob controle. Além disso, os movimentos inflacionários que temos sentido no Brasil, como a alta nos preços de alimentos e energia, estão

muito mais relacionados a questões sazonais, como problemas ambientais ou geopolíticos. Sobre estes fatores, a elevação dos juros tem pouca ou nenhuma influência efetiva.

Manter a taxa Selic em 15% ao ano é uma escolha que asfixia a produção, encarece o crédito, inibe o investimento e, no fim das contas, penaliza o crescimento, o emprego e, sobretudo, a vida da classe trabalhadora.

Juntos na luta: ato contra os juros altos

Nós da CTB nos juntamos às demais centrais sindicais e fomos às ruas, no último dia 9, mesmo debaixo de chuva, para protestar contra as avaliações do Copom e sua teimosia em manter os juros altos. Esta não é uma luta isolada; esta é uma pauta que interessa a todos os trabalhadores e, por isso, a CTB acredita que deve ser mobilizada nacionalmente.

Juros mais baixos significam mais dignidade, mais desenvolvimento e mais oportunidade para o Brasil.

Por isso, o chamado é para unirmos nossas forças e vozes!

É hora de lutar por um Brasil com menos juros e mais oportunidades! A nossa mobilização é a ferramenta para mudarmos essa realidade.

Adilson Araújo
Presidente da CTB



Comissão do Senado aprova redução da jornada para 36 horas semanais

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira (10), uma proposta de Emenda à Constituição (PEC) 148/2015 que reduz para 36 horas semanais a jornada máxima de trabalho, pondo fim ao limite atual, de 44 horas por semana.

A PEC, de autoria do senador Rogério Carvalho (PT-SE), altera o artigo 7º da Constituição e acaba com a jornada de trabalho 6x1, de seis dias de trabalho e um de descanso.

A proposta, que estava paralisada há uma década no Congresso Nacional, ganhou força nos últimos tempos após uma intensa campanha das centrais sindicais e demais entidades de trabalhadores, e uma grande mobilização popular com um abaixo-assinado que já reuniu mais de 1,5 milhão de assinaturas a favor do texto. Uma outra proposta semelhante também está sendo debatida na Câmara dos Deputados.

De acordo com o texto, o trabalho diário fica limitado a 8 horas, com carga máxima semanal de 36 horas, distribuídas em até cinco dias por semana, sem redução salarial. A PEC também fixa o direito a pelo menos dois dias consecutivos

de repouso remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos.

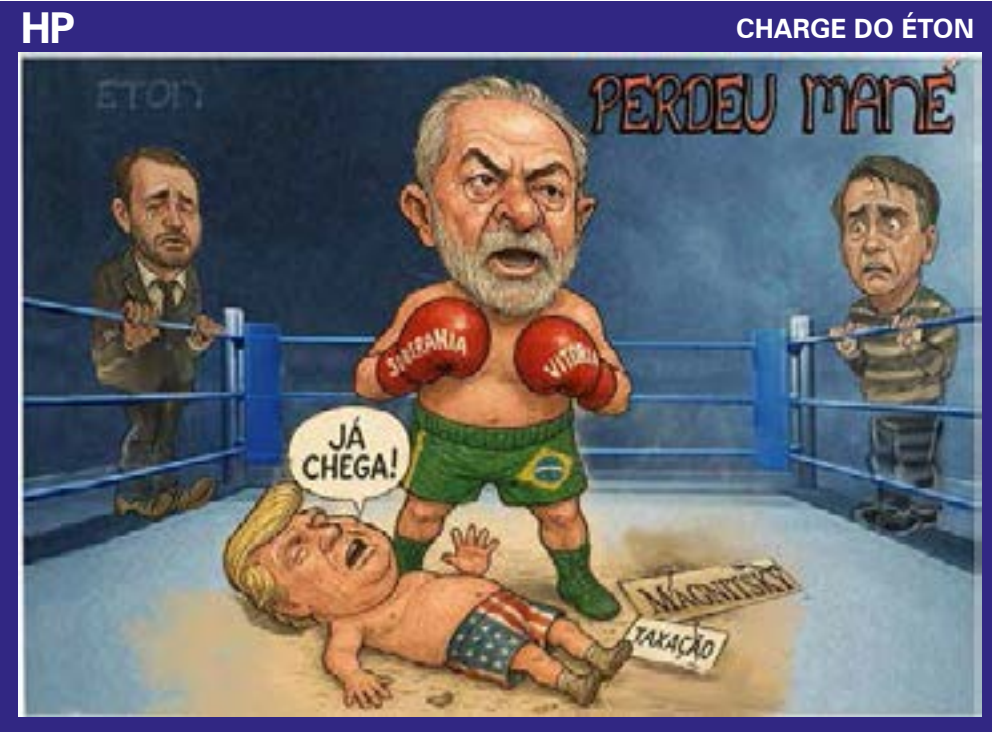
A PEC foi inserida de última hora na sessão da CCJ desta quarta-feira, e teve votação simbólica, ou seja, sem contagem de votos, e seguirá para análise do plenário do Senado. Se for aprovada, segue para análise na Câmara.

Conforme o relator Rogério Carvalho, o objetivo da proposta é assegurar maior tempo de descanso aos trabalhadores, sem prejuízos financeiros.

O texto do senador propõe uma transição para a implantação da proposta, que acontecerá de forma escalonada, com redução de uma hora de trabalho por ano até chegar a 36 horas, sem perda salarial.

Para o senador, “ao estabelecer a implantação do novo limite de forma gradativa, garante-se segurança jurídica aos empregadores e assegura-se a existência de um período de planejamento, seja para a adequação das escalas de trabalho, seja para a contratação de novos empregados”.

“A transição progressiva permitirá o monitoramento dos impactos econômicos, viabilizando ajustes pelos empregadores nos setores atingidos, caso sejam necessários”, afirmou Rogério Carvalho.





Assembleia Popular pela Dignidade Nacional
Hondurenhos se manifestam contra o patrocínio de Trump à fraude nas eleições do país

Os protestos contra a fraude e a ingerência de Trump continuam crescentes em Honduras e, a duas semanas das eleições gerais de 30 de novembro, a recontagem especial dos votos com inconsistências continua paralisada. Enquanto isso, as denúncias de armações de Washington em prol do candidato do partido (Anti) Nacional à presidência, Nasry “Tito” Asfura, continuam se multiplicando, bem como o seu isolamento.

Tanto a candidata do partido governista Liberdade e Refundação (Libre), Rixi Moncada, como o do Partido Liberal, Salvador Nasralla, apontaram a ilegalidade do processo e exigiram a completa revisão das atas incluídas na recontagem especial, um procedimento que é realizado separadamente.

A contagem geral foi retomada no último domingo com cerca de 99,8% dos votos e Nasry Asfura na liderança somando 1.305.033 votos (40,54%), contra 1.261.849 votos (39,19%) de Nasralla, do Partido Liberal, segundo a última atualização do Conselho Nacional Eleitoral (CNE).

Cerca de 2.773 urnas apresentaram inconsistências, o equivalente a aproximadamente meio milhão de votos (bem acima da pequena diferença de 43.000 votos entre Asfura e Nasralla), que deveriam ser submetidas a uma análise especial. Até o momento, apenas 1.081 urnas foram aprovadas para revisão, o que continua bloqueando a apuração final.

Diante dos números apresentados, manifestações ocorrem diariamente em frente ao Instituto Nacional de Formação Profissional (INFOP), em Tegucigalpa, um centro de apoio logístico do CNE onde é armazenado todo o material das eleições, nas ruas e rodovias.

INDULTO AO TRAFICANTE JOH

“Condenamos veementemente a interferência e a intervenção do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nas eleições hondurenhas. O golpe eleitoral foi orquestrado a partir de Washington, e um indulto foi concedido a Juan Orlando Hernández (JOH), condenado a 45 anos de prisão por tráfico de drogas, por contrabando de pelo menos 400 toneladas de cocaína para os EUA”, afirmou o Partido Libre, reunido em Assembleia Popular Extraordinária pela Dignidade Nacional, na cidade de Siguatepeque, no departamento de Comayagua, no domingo (13).

O Libre ressalta que “o presidente dos EUA ameaçou o povo hondurenho e pediu que não votassem em Rixi Moncada, a quem rotulou de comunista e principal adversária, afirmando que pessoas inteligentes não deveriam votar nela e instando-as a votar no candidato do partido de Juan Orlando, Nasry Asfura”.

“A fraude da Transmissão de Resultados Eleitorais Preliminares (TREP), revelada nas 26 gravações de áudio, expôs o plano criminoso do golpe, agravado pelo ataque às eleições durante o período de silêncio eleitoral promovido pelo presidente dos EUA, e pelas mensagens ameaçadoras em massa enviadas a pessoas que recebiam remessas em Honduras, personalizadas para instaurar o terror; ameaçando interromper as remessas”, esclarece o Libre. 95% dos recursos que ingressam no país centro-americano provêm dos EUA, com as remessas representando mais de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) de Honduras.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Para roubar Venezuela, Trump bloqueia as exportações de petróleo do país



Trump já assaltou petroleiro venezuelano próximo à costa do país

93% dos venezuelanos rechaçam a intervenção norte-americana

A maioria dos venezuelanos concorda que os problemas do país devem ser resolvidos pelos venezuelanos, contra a manipulação de potências estrangeiras, pela defesa de sua soberania e pela paz.

A pesquisa feita pela Hinterlaces, realizada em 8 de outubro de 2025, sobre a percepção do povo venezuelano acerca das lideranças políticas nacionais, coloca Maria Corina Machado com 91% dos entrevistados com opinião desfavorável à política de extrema-direita, subserviente aos americanos.

Machado para os entrevistados é a mais impopular com uma taxa de rejeição maior do que outros líderes venezuelanos. A sondagem entrevistou 1200 pessoas e margem de erro de 3%.

Principal voz de oposição, defensora fanática de entregar as riquezas da Venezuela para os americanos, fez lobby para a imposição de sanções e bloqueios contra o próprio país e o saque de recursos do estado venezuelano por entidades dos EUA e



Corina Machado, entreguista e impopular

países europeus. Estava foragida quando se escafedeu da Venezuela com ajuda de Trump.

Ela também é uma das principais líderes de torcida dos massacres que o Trump está promovendo no mar do Caribe, na costa venezuelana, sob o pretexto esdrúxulo de combater o narcotráfico os americanos realizam ataques desproporcionais sem dar direito a um julgamento justo para suas vítimas.

Ben Norton, do Geopolitical Economy Report, reproduziu uma palestra

de Corina em Miami no dia 5 de novembro, no American Business Forum 2025, em que ela oferece aos norte-americanos “US\$ 1,7 trilhão” em petróleo, gás, ouro, infraestrutura e mineração, que ela irá privatizar se Maduro for derrubado.

O Movimento Norueguês pela Paz reiterou seu rechaço à atribuição do prêmio à notória representante da extrema-direita venezuelana, enfatizando que sua concessão contradiz os estatutos do comitê do Nobel, já que a laureada mantém uma agenda que promove a guerra e a invasão de seu país.

EUA usou ucranianos como cobaias para farmacêuticas, denuncia Rússia

Chefe das Tropas de Proteção Nuclear, Biológica e Química da Rússia lembrou que autoridades estadunidenses admitiram os trabalhos realizados “pouco antes do início da pandemia de Covid-19”.

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e várias estruturas norte-americanas participaram em testes de medicamentos diretamente em ucranianos, afirmou um alto funcionário militar russo na sexta-feira (12).

“Para garantir o sigilo, os perpetradores por trás dessas pesquisas não são agências militares. Uma dessas organizações é a Usaid, que foi agora desmantelada por decisão do presidente americano Donald Trump”, assinalou o major-general Aleksey Rtishchev, chefe das Tropas de Proteção Nuclear, Biológica e Química da Rússia.

Rtishchev lembrou que o professor de química orgânica da Universidade Cornell, Dave Collum, declarou ao jornalista norte-americano Tucker Carlson, em uma entrevista em agosto, que medicamentos foram testados na população ucraniana em 38 laboratórios. O militar russo recordou ainda que autoridades dos EUA admitiram o envolvimento, citando, entre outros, o ex-porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, John Kirby; a ex-funcionária



Major-general Aleksey Rtishchev, autor da denúncia

sênior do Departamento de Estado, Victoria Nuland; e o secretário de Saúde, Robert F. Kennedy Jr.

Segundo o major-general, a USAID também financiou o Evento 201, um exercício de simulação de pandemia com foco em como responder a um surto de coronavírus. “Gostaria de observar que esses exercícios foram realizados em outubro de 2019... pouco antes do início da pandemia de Covid-19”, acrescentou.

As denúncias feitas pela Rússia de que a USAID estava envolvida em atividades ilegais foram reforçadas, apontou Rtishchev, por comentários feitos pelo bilionário Elon Musk, que anteriormente chefiou uma agência do governo dos EUA e chamou a USAID de “organização criminosa”.

Musk disse que a USAID usou dinheiro dos contribuintes para financiar pesquisas relacionadas a armas biológicas e reite-

rou as afirmações de que a anteriormente a agência apoiou pesquisas de ganho de função em coronavírus no Instituto de Virologia de Wuhan, na China, sugerindo que isso poderia ter contribuído para o surgimento da Covid-19.

“Você sabia que a USAID, usando o dinheiro dos seus impostos, financiou pesquisas sobre armas biológicas, incluindo a Covid-19, que mataram milhões de pessoas?”, escreveu Musk. Conforme o bilionário, “o engano da CIA em relação às origens da Covid-19 fica muito mais claro quando se considera o longo histórico da Usaid de servir como uma organização de fachada da CIA”.

O governo russo já havia demonstrado preocupação com laboratórios biológicos apoiados pelo Pentágono na Ucrânia e em outros países próximos às suas fronteiras, alertando para seu envolvimento em pesquisas de armas biológicas.

Através de sua rede, Truth Social, ele também esbravejou que a Venezuela “devolva todo o petróleo, terras e riquezas minerais que roubou de nós”

O presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou na terça-feira (16) um bloqueio total das exportações de petróleo venezuelano pela “maior Armada já reunida na história da América do Sul”, e exigiu que a Venezuela devolva aos Estados Unidos “todo o petróleo, terras e outros bens que roubaram de nós”.

Segundo Trump, trata-se de “um bloqueio total e completo” de todos os navios petroleiros que foram alvos de sanções e que entrarem ou saírem da Venezuela.

Declaração que é, por si só, a confirmação de que a caçada aos “narcotraficantes” – alegada anteriormente – não passava de uma folha de parreira para a pilhagem do petróleo venezuelano, aliás as maiores reservas de petróleo do planeta.

FINALIDADE DA AGRESSÃO

Acerta o governo de Caracas quando aponta, desde o início da operação “Lança do Sul” de cerco naval e aéreo à Venezuela, qual a verdadeira finalidade da agressão. Da mesma forma friso o presidente colombiano, Gustavo Petro, ao condenar os ataques do Pentágono a barcos no Caribe e no Pacífico: a razão sempre foi “o petróleo, o petróleo e o petróleo”.

A Venezuela denunciou ao mundo o bloqueio decretado por Trump e reafirmou “sua soberania sobre todos seus recursos naturais, bem como o direito à livre navegação e ao livre comércio no Mar do Caribe e nos oceanos do mundo”, em estrita observância “à Carta da ONU, ao pleno exercício de sua liberdade, jurisdição e soberania diante dessas ameaças belicistas”.

“O Sr. Trump, sem rodeios, utiliza a seguinte expressão intervencionista e colonialista: ‘até que todo o petróleo, terras e outros bens que nos foram roubados sejam devolvidos aos Estados Unidos’. Sua verdadeira intenção, denunciada pela Venezuela e pelo povo dos EUA em grandes manifestações, sempre foi a de se apropriar do petróleo, das terras e dos minerais do país por meio de campanhas massivas de mentiras e manipulação.”

O comunicado sublinha que a Venezuela “jamais voltará a ser colônia de qualquer império ou potência estrangeira e continuará, junto com seu povo, no caminho da prosperidade e na defesa inabalável de nossa independência e soberania”.

As provocações contra a Venezuela pelo assalto ao petróleo vinham se agravando desde agosto, quando Trump enviou uma frota naval, com um porta-aviões nuclear, um submarino, fragatas e barcos de desembarque, mais 15 mil marujos, para o Caribe, sob a descarada mentira do ‘combate ao narcotráfico’.

Quando, sabidamente, de acordo com dados da ONU e do próprio DEA, a Venezuela é insignificante no tráfico de drogas e quem lava o dinheiro do narcotráfico é Wall Street. Como é perceptível, a premiação da golpista venezuelana Corina Machado com o “Nobel da Paz” é parte dessas provocações.

Falando do bloqueio, Trump escreveu que “só vai aumentar, e o choque para eles será como nada que já tenham visto — até que devolvam aos EUA todo o petróleo, terras e outros bens que roubaram de nós.”

A postagem prossegue designando o governo venezuelano como “ORGANIZAÇÃO TERRORISTA ESTRANGEIRA”, o que se deveria “ao roubo de nossos bens e muitos outros motivos, incluindo terrorismo, contrabando de drogas e tráfico de pessoas”.

Antes, ele acusara o presidente Maduro de usar petróleo para financiar o “regime ilegítimo”, além de “terrorismo ligado a drogas, tráfico de pessoas, assassinatos e sequestros”.

Na terça-feira (16) a Venezuela encaminhará à presidência do Conselho de Segurança da ONU, atualmente exercida pela Eslovênia, uma carta denunciando “o roubo do petroleiro Skipper por parte do governo dos EUA, em um ato típico de pirataria, totalmente violador do direito internacional”.

Caracas exigiu de Washington “a libertação imediata e sem condições da tripulação sequestrada, a devolução imediata do petróleo venezuelano ilegalmente confiscado em alto-mar e o fim imediato de qualquer ação de força ou interferência contra a comercialização legal do petróleo

venezuelano”.

Em 2019, durante o primeiro mandato, Trump impôs drásticas sanções ao setor petrolífero da Venezuela, que resultaram em uma brutal redução das exportações de petróleo do país e no sucateamento do setor por falta de peças de reposição – além de ter patrocinado Juan Guaidó como “presidente”.

DÉCADA DE SANÇÕES

Foram as sanções iniciadas por Obama em 2015, sob o pretexto de que a Venezuela seria uma “ameaça à segurança dos EUA”, e agravadas sob Trump, na prática proibindo a venda de petróleo, fonte essencial de divisas, que levaram a Venezuela à hiperinflação, desorganizaram a economia e empurraram centenas de milhares de venezuelanos para a migração forçada, enquanto o país tinha suas reservas de ouro na Grã Bretanha confiscadas, entre outras agressões.

Mais recentemente, com a ajuda da Rússia e do Irã, a Venezuela conseguiu estabilizar a economia e em parte recuperar a produção de petróleo, exportando cerca de 1 milhão de barris por dia – o que é menos da metade da produção anterior – com a China sendo o principal comprador, enquanto a Rússia fornece o nafta necessário para possibilitar a comercialização do pesado petróleo venezuelano.

É, como Rússia e Irã, a Venezuela utiliza uma frota paralela de petroleiros para driblar as sanções, que são ilegais segundo a lei internacional, pois somente podem ser decretadas pelo Conselho de Segurança da ONU.

De acordo com a empresa de inteligência financeira S&P Global, 1 em cada 5 petroleiros no mundo é usado para driblar as sanções decretadas por Washington e Bruxelas. A Rússia está sob sanções desde 2022 e o Irã, desde que Trump rompeu em 2018 o acordo assinado por Obama três anos antes.

A decretação do bloqueio tenta barrar a principal fonte de divisas da Venezuela, buscando paralisar o governo e sufocar seu povo, como chegaram a conseguir em momento anterior.

A ganância de Trump pelo petróleo venezuelano não é propriamente uma novidade, com ele tendo, em seu primeiro mandato, em uma reunião com a CIA, questionado porque “não tomamos o petróleo venezuelano, que é ali do outro lado do Golfo”. Também em 2023, ele disse que, se tivesse sido reeleito no lugar de Biden, teria tomado o petróleo venezuelano. A mesma fixação, no caso sobre abocanhar o petróleo iraquiano, já havia sido revelada por Trump ao criticar o modo como se deu a retirada do Iraque.

A oposição da população à guerra de Trump no Caribe, já expressa em várias manifestações, também chegou ao Congresso norte-americano. Dois deputados, os democratas Ilhan Omar e Chui García, advertiram que a retórica beligerante de Trump e suas recentes ações militares no Caribe e no Pacífico oriental estão “nos levando a uma guerra catastrófica e eterna na Venezuela”.

Eles instaram os legisladores a aprovarem na Câmara duas resoluções sobre a questão, que proíbem o uso de força, a menos que explicitamente autorizado pelo Congresso.

“Vocês vão defender a Constituição e votar para impedir a guerra ilegal de Trump ou não?”, questionaram Omar e García, dirigindo-se aos pares.

“Isso não é uma questão partidária: três em cada quatro americanos se opõem a uma guerra de mudança de regime para derrubar o governo venezuelano, incluindo dois terços dos republicanos”, destacaram.

Também na terça-feira, após reunião a portas fechadas no Senado dos EUA, o “secretário de Guerra” Pete Hegseth e o secretário de Estado Marco Rubio reiteraram sua recusa a exibir o vídeo do ataque do dia 2 de setembro a um suposto barco do narcotráfico, em que foram executadas extrajudicialmente 11 pessoas, inclusive duas que haviam sobrevivido ao primeiro ataque, agarradas aos destroços. Já são 25 ataques e 95 pessoas executadas.

Como explicaram especialistas, ou é crime de guerra, ou assassinato puro e simples, e o “ataque de segundo toque” exclui qualquer outra situação.

Prefeito eleito de Nova Iorque orienta imigrantes a resistirem à perseguição arbitrária

O novo prefeito de Nova Iorque, Zohran Mamdani, postou nas redes sociais no domingo explicando os direitos dos imigrantes quando confrontados por agentes da Imigração e Fiscalização Aduaneira americana (U.S. Immigration and Customs Enforcement – ICE). “Todos nós podemos enfrentar o ICE se soubermos nossos direitos,” disse Mamdani no vídeo. Ele explicou que imigrantes têm o direito de se recusar a falar ou cumprir ordens dos agentes da ICE e que pessoas nos EUA têm o direito de filmá-los e recusar pedidos de entrar em lugares privados.

“O ICE é legalmente autorizado a mentir para você, mas você tem o direito de permanecer em silêncio. Se você está sendo detido, você pode sempre perguntar: ‘Eu estou livre para ir?’ repetidamente até que lhe respondam”, disse.

Ele decidiu postar esse vídeo depois que os agentes da política de deportação do presidente americano, Donald

Trump, realizaram prisões em Manhattan. Nova Iorque abriga cerca de 3 milhões de imigrantes.

Mamdani, eleito este ano, tomará posse em 1º de janeiro de 2026. Ele jurou proteger os imigrantes em Nova Iorque, perseguidos pela política xenófoba de Trump.

“Nova Iorque sempre receberá imigrantes, e eu lutarei todos os dias para proteger, apoiar e celebrar nossos irmãos e irmãs imigrantes”, disse.

“O futuro está em nossas mãos. Meus amigos, derrubamos uma dinastia política”, disse ao reafirmar seu compromisso com uma cidade onde os mais pobres tenham chance de sobreviver com dignidade: “Enquanto viramos a página de uma política que abandona a maioria e responde apenas a poucos, Nova York, esta noite você cumpriu sua promessa. Um mandato para a mudança. Um mandato para um novo tipo de política. Um mandato para uma cidade onde possamos nos sustentar. E um mandato para um governo que forneça exatamente isso”.

Tiroteio na Universidade Brown deixa dois mortos e oito feridos

As autoridades de Providence, no estado de Rhode Island, anunciaram na manhã deste domingo (14) a prisão de um suspeito do ataque a tiros no campus da Universidade Brown, que matou dois estudantes e feriu gravemente mais oito. Segundo o chefe de polícia local, Oscar Perez, o suspeito tem cerca de 30 anos.

“Os moradores de Providence podem respirar um pouco mais aliviados nesta manhã”, disse o prefeito Brett Smiley em coletiva de imprensa, destacando que a ordem para que as pessoas permanecessem em casa foi suspensa na cidade.

Foi o 389º tiroteio em massa dos EUA este ano e o 230º incidente com armas em terrenos escolares. O ataque ocorreu no prédio da Engenharia e Física. Os estudantes estavam ali para prestar exame final de semestre. No sábado, o prefeito havia dito que nenhuma arma fora apreendida e que sequer se sabia que tipo de arma foi usada. Os feridos foram levados para hospitais. Não se sabe ainda a identidade dos dois mortos.

Uma afiliada da CNN mostrou imagens das janelas de uma sala de aula em um prédio do campus mostram alunos se abrigando juntos, alguns fazendo ligações, e veículos de emergência, bombeiros e polícia do lado de fora. O prédio é um complexo de sete andares que abriga a escola de engenharia e o departamento de física e fica na parte leste do campus.

O alerta sobre “atirador em atividade”, emitido pela instituição, orientou alunos e professores a trancar as portas, silenciar os telefones e permanecerem escondido até novo aviso. “Lembre-se: CORRA, se estiver no local afetado, evacue com segurança, se possível; ESCONDA-SE, se a evacuação não for possível, procure abrigo; LÜTE, como último recurso, aja para se proteger. Fique atento para mais informações de segurança”.

Informação de que um suspeito teria sido detido foi posteriormente desmentida. A Universidade Brown, fundada em 1764 e com 10.000 alunos, faz parte da prestigiosa “Ivy League”, integrada ainda pelas universidades de elite de Harvard, Yale, Columbia, Princeton, Cornell, Dartmouth e Pensilvânia. Foi mostrado um vídeo em que um homem com roupa escura se evade do campus.

Trata-se do enésimo episódio da “doença americana” – o assassinato em massa, a esmo, tristemente caracterizado pelo massacre da escola Columbine, e que em última instância é uma espécie de repetição ritual contra os próprios norte-americanos, daquilo que os invasores de terra alheia se cansaram de cometer, na Coreia, no Vietnã, na guerra suja de El Salvador, no Iraque, no Afeganistão e em tantos lugares, depois de tanto praticarem contra os indígenas e nas Filipinas.

Agravado pela fixação na posse de armas – é mais fácil um jovem comprar um rifle do que uma latinha de cerveja. Supostamente bancada pela Segunda Emenda, aliás, inscrita na constituição para legalizar as patrulhas de escravos dos Estados sulistas na hora da independência.

Pela sua rede Truth Social, o presidente Trump, conhecido por fazer apologia da posse de armas de grosso calibre, postou: “Que Deus abençoe as vítimas e suas famílias!”.

ANIVERSÁRIO DE SANDY HOOK

Esta noite, na véspera do aniversário do tiroteio em Sandy Hook, nos encontramos novamente de luto”, disse o prefeito eleito de Nova York, Zohran Mamdani, lembrando que o massacre de 2012 na Escola Primária Sandy Hook, em Newtown, Connecticut, em 14 de dezembro de 2012, em que foram mortas 20 crianças entre 5 e 10 anos em um jardim de infância e seis professores e auxiliares.

“Essa violência sem sentido — antes considerada incompreensível — tornou-se nauseantemente normal para todos nós em nosso país”, ele denunciou, chamando a persistir no “trabalho duradouro de acabar com o flagelo da violência armada em nossa nação”. Mamdani expressou suas condolências às famílias das vítimas e às comunidades de Brown e Providence.

A epidemia de violência armada se estende por toda a América. Enfrentamos isso quando entramos em nossas casas de culto e saímos para as ruas, quando deixamos nossos filhos no jardim de infância e quando tememos se essas crianças, agora adultas, estarão seguras no campus. Mas, ao contrário de tantas outras epidemias, nós possuímos a cura. Temos o poder de erradicar esse sofrimento de nossas vidas, se assim o desejarmos.

Gabby Giffords, ex-congressista democrata do Arizona que se tornou ativista após sobreviver a uma tentativa de assassinato em 2011, disse que “meu coração se parte pela Brown University. Os alunos só deveriam se preocupar em estudar para as provas finais, não em se esconder dos tiros. Armas são a principal causa de morte entre jovens nos Estados Unidos — este é um incêndio de cinco alarmes e nossos líderes em Washington o ignoraram por tempo demais. Os americanos estão cansados de esperar o Congresso decidir que proteger as crianças importa.”

HP

Trump leva partido Republicano à 1ª derrota em Miami após 28 anos



Prefeita eleita do partido Democrata, Eileen Higgins celebra vitória em Miami

China defende parceria estratégica com América Latina em vez de “quintal” de Trump

A China divulgou na quarta-feira (10) seu terceiro Documento de Política para a América Latina e o Caribe, no qual descreve a região como parceira estratégica, parte essencial do Sul Global e com voz ativa na construção de um mundo multipolar.

Dessa forma, se choca abertamente com a Nova Estratégia de Segurança Nacional (NSS) dos EUA, divulgada pelo governo Trump uma semana antes, em que Washington pretende perpetuar a condição de quintal dos fundos definida pela Doutrina Monroe para a região.

Esta, revisitada sob a nova centralidade de Trump ao “Hemisfério Ocidental”, diante da crise que corrói o império e da ascensão do futuro compartilhado pela Humanidade, desde Pequim.

Os dois documentos também vêm à luz sob circunstâncias distintas. Os EUA, após desencadear uma guerra tarifária ao planeta, e que agora atualiza com porta-aviões a política das canhoneiras do século XIX, nas costas da Venezuela, tendo como alvo o petróleo mas sob o pretexto do combate aos “narcoterroristas”.

A China, na condição de parceira essencial da América Latina, através do comércio e da tecnologia, campeã do mundo multipolar e maior economia do planeta em paridade de poder de compra.

Como afirma o documento chinês, Pequim almeja uma parceria “igualitária e mutuamente benéfica” com a América Latina, envolvendo infraestrutura; energia, tanto renovável quanto fóssil; comércio de produtos com maior valor agregado e agricultura e segurança alimentar. Bem como o intercâmbio científico, tecnológico e educacional, inclusive na inteligência artificial (IA) e na cooperação espacial. E, ainda, no terreno cultural e social.

Parceria cujo objetivo é avançar para um mundo multipolar, mais pleno de soberania e desenvolvimento, como expresso em plataformas como o BRICS e a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, a nova rota da seda).

Assim, trata-se de que a América Latina e o Caribe



Via transoceânica, que ligará oceanos Atlântico e Pacífico é obra destacada na integração China-AL

escolham seu próprio caminho soberanamente, opção que a China se prontifica a percorrer junto.

Entre outros pontos, o documento defende, para as relações China-América Latina e Caribe, uma concepção de “igualdade, aprendizado mútuo e diálogo entre civilizações” e de desenvolvimento dos “valores comuns da humanidade de paz, desenvolvimento, equidade, justiça, democracia”.

Adiante, expressa seu apoio à proclamação da América Latina e Caribe como uma Zona de Paz e à Declaração de Proibição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe, assim como advoga a resolução pacífica de disputas internacionais e se opõe à ameaça ou uso da força.

Já para o governo Trump, conforme o capítulo da NSS dedicado ao Hemisfério Ocidental, a América Latina e o Caribe integram “a esfera natural de segurança dos Estados Unidos”. Ou, sem meias palavras, está destinada a seguir como eterno “quintal”.

A evidente reiteração do lema “a América para os (norte) americanos”, proclamada em 1823, vem sendo jocosamente chamada de “Doutrina Donroe”.

Assim, apesar de os latino-americanos serem agora nos EUA a “imagem do inimigo interno”, a serem caçados pela Gestapo ICE

e deportados, devem, no entanto, exultar por estarem sendo “incluídos” – muro à parte – no “Hemisfério Ocidental”. Ainda que sob o tácio da “casa iluminada na colina”, como os excepcionistas se vêem a si próprios.

E que ninguém se atreva a se intrometer no “nosso quintal” – a NSS acusa China e Rússia de promoverem “subversão”, “corrupção” e “práticas predatórias” – além de muito, muito comércio.

A NSS também exige a expansão na região das bases militares norte-americanas – como tentaram impor no Equador, mas o referendo recusou -, assim como “parcerias de defesa” e outros atos de vassalagem.

E, de forma nada sutil, adverte que Washington irá “bloquear tentativas de potências externas de alterar o equilíbrio estratégico no hemisfério”. E como quando o sapato aperta é que o calo dói, a NSS insiste em declarar que o Hemisfério Ocidental é a área onde a competição com a China será “decisiva” para o “destino do mundo livre”.

Anteriormente, Trump já havia sido mais explícito a respeito, com as não muito bem sucedidas convocações a anexar o Canadá, Groenlândia e Canal do Panamá, e sua pretensa renomeação do Golfo do México como “Golfo da América”.

EUA financiou manifestações de golpistas no Nepal

Documentos sigilosos vazados evidenciam que o governo americano financiou secretamente os grupos de jovens do Nepal que propiciaram um violento golpe de Estado no país em setembro deste ano, os chamados pela mídia mundial de “protestos da Geração Z”. Os documentos demonstram que o governo dos EUA gastou milhares de dólares com um programa de tutelação para golpistas nepalenses.

Os violentos protestos mataram mais de 77 pessoas, na maioria policiais, e deixaram mais de 2000 feridos. O primeiro-ministro nepalês, Khadga Prasad Oli, foi forçado a renunciar. Rajyalaxmi Chitrakar, a esposa de outro ex-primeiro-ministro nepalês, Jhala Nath Khanal, morreu queimada viva quando sua casa foi cercada e incendiada pelos golpistas.

Os documentos mostram que uma divisão da NED, o Instituto Republicano Inter-

nacional (International Republican Institute, IRI), executou uma operação clandestina com o objetivo de “cultivar uma rede” nepalesa de jovens ativistas políticos para “se tornar uma força importante no apoio aos interesses dos Estados Unidos”.

De acordo com os documentos vazados, o programa feito pelo IRI “oferece treinamentos abrangentes sobre como lançar campanhas de defesa e protestos”. O mesmo IRI já foi acusada de financiar um golpe em Bangladesh em agosto de 2024.

Os protestos no Nepal aconteceram quando autoridades nepalesas, citando o descumprimento por parte das plataformas de redes sociais às leis locais, bloquearam o acesso às redes no país. Redes sociais como o Facebook, o YouTube e o Twitter ficaram fora do ar.

A NED tinha tanta influência nesses grupos organizados de manifestantes que o próprio IRI selecionava questões de acordo dos interesses dos EUA, para “garantir que as preocupações dos EUA com a democracia do Nepal seriam resolvidas”, como escrito em um relatório do IRI.

A NED é uma “ONG” financiada pelo Departamento de Estado dos EUA, sua principal função é financiar movimentos em outros países para “apoiar iniciativas democráticas”. Críticos acusam a organização de assumir funções que anteriormente eram desempenhadas pela CIA, como a derrubada de governos, e já foram acusados várias vezes de influenciar a política de outros países, sabotando a soberania de outras nações no interesse da hegemonia americana.

INTERNACIONAL □ 7

A derrota dos republicanos em Miami - reduto do partido há quase três décadas - soma-se a uma sequência de fracassos recentes nos estados da Virgínia e Nova Jersey, além da prefeitura de NYC

Após quase 30 anos de governos republicanos, Eileen Higgins se tornará a primeira prefeita democrata de Miami ao derrotar Emilio T. González, candidato apoiado por Donald Trump, na corrida pela liderança do reduto republicano nos Estados Unidos. Além de ser a primeira democrata a conquistar a prefeitura de Miami desde 1997, Higgins também é a primeira mulher eleita para o cargo.

A vitória se soma a uma sequência de triunfos eleitorais dos democratas no último mês. Recentemente, o partido venceu as disputas para os governos da Virgínia e de Nova Jersey, além da prefeitura de Nova York. A série de êxitos dos democratas é amplamente interpretada como uma rejeição ao governo Trump. “Juntos, viramos a página de anos de caos e corrupção e abrimos as portas para uma nova era em nossa cidade, um tempo definido por uma liderança ética e responsável que traz resultados reais para as pessoas”, disse Higgins em um comunicado, de acordo com relatos da mídia.

“Estamos enfrentando uma retórica de autoridades eleitas que é desumanizadora e cruel, especialmente contra as populações imigrantes. Os moradores de Miami estão prontos para acabar com isso”, declarou a nova prefeita.

Higgins se apresentou como alguém muito focada em questões relacionadas com a qualidade de vida, como a construção de moradias mais acessíveis,

a reforma do sistema de licenças médicas e a melhoria da infraestrutura urbana, e mencionou sua atuação na Comissão do Condado de Miami-Dade e seu trabalho anterior como diretora do Corpo da Paz em Belize.

A democrata também se opôs ao Partido Republicano nacional e a González, insistindo na questão da imigração e das deportações em massa da administração Trump, da retirada das proteções aos imigrantes pelo governo, o que afeta grandes comunidades latinas na cidade. González foi diretor do Serviço de Cidadania e Imigração dos Estados Unidos durante o governo do presidente George W. Bush e fez parte da equipe de transição de segurança nacional de Trump.

Com uma grande população latina, a política de Miami tem sido dominada por republicanos de ascendência desse região durante grande parte das últimas três décadas, que detêm o poder desde 2009 (um independente foi prefeito entre 2001 e 2009). Trump interveio na disputa, na esperança de unir os republicanos em torno de González. Republicanos destacados da Flórida, como o governador Ron DeSantis, o senador Rick Scott e a deputada Maria Elvira Salazar, também buscaram promover o candidato desse partido. As vitórias nos governos estaduais da Virgínia e de Nova Jersey, e do novo prefeito de Nova Iorque, Zohran Mamdani, no mês passado, fortaleceram os democratas e podem servir como um termômetro para as eleições legislativas de meio de mandato, em novembro do ano que vem.

Greve geral paralisa Portugal contra precarização de direitos

Uma greve geral parou Portugal na quinta-feira (11) para exigir a retirada da reforma trabalhista apresentada pelo governo do primeiro-ministro Luis Montenegro, que agrava o corte dos direitos, aprofunda a precariedade e a terceirização, enfraquece a negociação coletiva, ataca as proteções à maternidade e facilita demissões, atendendo à convocação das centrais sindicais Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical (CGTP) e União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Sob a palavra de ordem “O povo não quis o pacote do Luis”, protestos tomaram conta das ruas de Lisboa, com os manifestantes marchando do Rossio ao Largo de São Bento, e das principais cidades do país. O jornal Expresso mostrou Lisboa vivendo um dia de feriado, com as avenidas vazias e sem trânsito, em plena quinta-feira, enquanto o secretário-geral da CGTP, Thiago Oliveira, anunciava participação de “3 milhões de trabalhadores” e “cheiro de abril” (referindo-se à Revolução dos Cravos que derrubou a ditadura portuguesa).

“Estamos perante uma das maiores greves gerais de sempre, se não mesmo a maior delas”, ele acrescentou.

“Dizemos ao Governo: retirem o pacote laboral”, prosseguiu Oliveira, advertindo que a reforma Montenegro significaria «um profundo retrocesso nos direitos de quem trabalha».

Para a preparação da greve geral, foram centenas de plenárias, milhares de reuniões e ações de mobilização, com milhões de trabalhadores contatados.

Apresentado pelo governo neoliberal PSD/CDS, o projeto antitrabalhadores recebeu o apoio dos liberais (IL) e da extrema-direita do Chega. Na quinta-feira o governo insistiu em asseverar que “só 10%” aderiram à greve.

A UGT, próxima ao Partido Socialista, considerou uma adesão de 80% nas suas bases. “O Governo pode torcer os números, mas não pode torcer a realidade”, disse o secretário-geral Mário Mourão, sublinhando que “quem trabalha em Portugal não quer este anteprojecto e não pode ser desrespeitado”.

Para o secretário-geral do PCP, Paulo Raimundo, essa greve geral é “uma das maiores de sempre”, com “uma grande adesão dos trabalhadores, muitos dos quais pela primeira vez e com significativo impacto em todo o País”.

Esta é a primeira vez desde 2013 – quando o país estava sob o tacão da Troika – que as duas centrais se unem para uma greve geral. O portal Esquerda.net mostrou a paralisação na Autoeuropa, a maior montadora de Portugal, da Volkswagen.

A greve geral em Portugal foi antecedida pelas greves geral na Bélgica e Itália, esta última aconteceu um dia depois da paralisação em Portugal – o que reflete a crescente resistência ao arrocho dos gastos sociais nos orçamentos que estão sendo aprovados neste período, em busca de inflar os gastos com o rearmamento em curso na Europa, e o descontentamento com a estagnação e a carestia.

Leia mais no site do HP

Haroldo Costa, ícone do teatro, do samba e da cultura brasileira

Ao longo de nove décadas e meia, Haroldo Costa construiu uma obra que recusou a invisibilidade, enfrentou o racismo e transformou o samba, o teatro e o carnaval em ferramentas de memória, identidade e política

MAÍRA CAMPOS

Haroldo Costa morreu no sábado, 13, no Rio de Janeiro, aos 95 anos. Ator, escritor, jornalista, produtor cultural, diretor de rádio e televisão e um dos maiores intelectuais do samba e da cultura negra brasileira, sua trajetória se confunde com a própria história da afirmação política e cultural do povo negro no Brasil. A morte foi confirmada pela família nas redes sociais.

Nascido em 13 de maio de 1930, no bairro de Piedade, na Zona Norte do Rio de Janeiro, Haroldo era filho de Eurides e Luiz Costa. Órfão de mãe aos dois anos de idade, passou parte da infância em Maceió, em Alagoas, onde o contato com o calendário festivo e o folclore local teve papel decisivo na formação de seu olhar artístico. Ainda menino, retornou ao Rio, onde se aproximou do teatro, do rádio e do carnaval — paixões que atravessariam toda a sua vida.

Antes de iniciar a carreira artística, trabalhou como balconista de livraria. A entrada nos palcos ocorreu quase por acaso, no Teatro Experimental do Negro (TEN), companhia fundada por Abdias do Nascimento. Inicialmente convidado a colaborar com a alfabetização de adultos, acabou substituindo um ator ausente durante um ensaio e assumiu o papel de Peregrino em O Filho Pródigo, de Lúcia Cardoso. A experiência marcou o início de uma trajetória central para o teatro brasileiro, com participações em montagens como O Pagador de Promessas, Xica da Silva, O Auto da Compadecida, Orfeu do Carnaval e Orfeu da Conceição.

Em 1956, protagonizou Orfeu da Conceição, de Vinicius de Moraes, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, tornando-se o primeiro ator negro a ocupar o palco da casa em um espetáculo histórico. A montagem inaugurou a parceria entre Vinicius e Antonio Carlos Jobim, contou com cenários de Oscar Niemeyer e cartaz de Carlos Scliar, e consolidou Haroldo como símbolo de uma virada estética e política no teatro nacional. O feito lhe rendeu o reconhecimento como o grande “Orfeu Negro” do Rio.

Na virada da década de 1950, foi um dos fundadores do grupo que viria a se chamar Brasileira, a primeira companhia nacional de danças folclóricas. Como fundador, diretor artístico e bailarino, percorreu por cerca de cinco anos mais de 25 países da América do Sul e da Europa, divulgando a cultura popular brasileira no exterior. A experiência foi posteriormente destacada na mostra Haroldo Costa – Samba & Outras Coisas, realizada pelo Sesi em 2011.

A partir dos anos 1960, Haroldo ampliou sua atuação



para os meios de comunicação. Trabalhou na Rádio MEC, na Mayrink Veiga e na televisão, onde dirigiu e produziu programas como Balcão Nobre, Estampas Brasileiras, Mosaico Panamericano, Discoteca do Chacrinha, Musicalíssima, Oh, Que Delícia de Show, Dercy Espetacular e Concertos para a Juventude. Também atuou como comentarista dos desfiles das escolas de samba, tornando-se referência nacional na leitura estética e histórica do carnaval.

Na televisão de dramaturgia, integrou o elenco de novelas da Rede Manchete, como Kananga do Japão, A História de Ana Raio e Zé Trovão e Amazônia. Na TV Globo, participou das minisséries Chiquinha Gonzaga e Subúrbia. No cinema, dirigiu Pista de Grama, em 1958, tornando-se o primeiro negro a dirigir um longa-metragem no Brasil.

Como escritor, publicou seu primeiro livro em 1982, “Fala, crioulo – O que é ser negro no Brasil”, obra construída a partir de depoimentos que confrontavam o mito da democracia racial no país, logo após a extinção do AI-5. Ao longo da vida, escreveu 15 livros, muitos deles dedicados ao samba, ao carnaval e à memória cultural negra. Entre as principais obras estão “Salgueiro: Academia do Samba” (1984), “Salgueiro – 50 Anos de Glória, 100 Anos de Carnaval no Rio de Janeiro” (2001), “Na cadência do samba” e “Ernesto Nazareth – Pianeiro do Brasil”.

Salgueirense desde 1963, Haroldo manteve uma relação orgânica com a escola de samba. Foi presidente de honra do júri do Estandarte de Ouro, integrou o corpo de jurados da Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa) e se tornou uma das maiores autoridades do carnaval carioca, defendendo o samba como patrimônio cultural, político e identitário do povo negro brasileiro.

Mesmo em idade avançada, manteve intensa atividade intelectual. Em 2023, foi um dos curadores da exposição Heitor dos Prazeres é meu nome, no CCBF, e em 2025 integrou o time de autores do livro “Pra tudo se acabar na quarta-feira”. Até os últimos meses de vida, concedeu entrevistas e participou de debates sobre cultura, carnaval e memória, reafirmando a militância antirracista como eixo central de sua produção.



De acima para baixo, Haroldo Costa, que faleceu no dia 13 de dezembro, aos 95 anos; com o “Almirante Negro”, João Cândido, em programa da “TV Rio” na década de 1950, e, ao lado, na peça “Orfeu da Conceição” (1956) – Imagem do documentário “Nosso Orfeu”, de Silvio Tendler

do Costa foi “muito mais do que um intelectual”, descrevendo-o como “memória viva, guardião da nossa história e voz firme na defesa do samba, do carnaval e da cultura afro-brasileira”, e acrescentou que ele “foi, é e sempre será nosso Orfeu Negro”.

Haroldo Costa morreu na Casa de Saúde São João de Deus, em Santa Teresa, em decorrência de complicações de pneumonia e infecção urinária. Deixa a viúva, Mary Marinho.

Ao longo de nove décadas e meia, Haroldo Costa construiu uma obra que recusou a invisibilidade, enfrentou o racismo e transformou o samba, o teatro e o carnaval em ferramentas de memória, identidade e política. Seu legado permanece como referência incontornável da cultura brasileira.

A morte de Haroldo Costa provocou manifestações de pesar em diferentes campos. O Ministério da Igualdade Racial afirmou que o Brasil perdeu “um dos seus mais ilustres artistas” e destacou sua trajetória como “fundamental” para a luta antirracista e para a valorização da cultura afro-brasileira. A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) definiu Haroldo como referência absoluta do samba, do carnaval e da intelectua-

lidade negra, afirmando que “sua obra, sua voz e sua luta permanecem vivas”.

O jornalista e radialista Rubem Confete o descreveu como “um grande pensador, pesquisador, ator e roteirista que deixa um legado e enorme trabalho em prol da cultura afro-brasileira”. A historiadora Lília Schwarcz afirmou que Haroldo foi uma figura central da intelectualidade negra e brasileira. O escritor Nei Lopes destacou

que ele foi o primeiro negro a dirigir um longa-metragem no país, lembrando Pista de Grama, e afirmou que “a morada eterna dos negros elegantes ganhou mais um membro do primeiro time”.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, declarou que Haroldo dedicou a vida ao samba e ao carnaval “com dignidade e profundo amor pelo povo do samba”.

Em nota, a Acadêmicos do Salgueiro afirmou que Harol-